

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).

Direito Civil BRASILEIRO

1

PARTE GERAL

18ª edição
2020

saraiva  jur

ISBN 978-85-536-0765-5 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-9/7057**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva**Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteado
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Planejamento	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodriguez Arnai da Silva Letta
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Aline Darcy Fior de Souza
Produção editorial	Fernanda Matajs (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Carmilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
Diagramação	Designios Editoriais
Revisão	Caio Cobucci Lette Silvana Cobucci
Capa	IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Eskenazi

Gonçalves, Carlos Roberto

Parte geral / Carlos Roberto Gonçalves. - Coleção Direito civil brasileiro volume 1 – 18. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
600 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-536-1410-3 (impresso)

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.

20-0106

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil

347(81)

Data de fechamento da edição: 14-11-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606090 CAE 716616

ÍNDICE

INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL

CAPÍTULO I

CONCEITO E DIVISÃO DO DIREITO

1. Conceito de direito	17
2. Distinção entre o direito e a moral	19
3. Direito positivo e direito natural.....	20
4. Direito objetivo e direito subjetivo.....	22
5. Direito público e direito privado	24
6. A unificação do direito privado.....	28

CAPÍTULO II

DIREITO CIVIL

1. Conceito de direito civil	30
2. Histórico do direito civil.....	31
3. A codificação.....	33
4. O Código Civil brasileiro	36
4.1. O Código Civil de 1916.....	36
4.2. O Código Civil de 2002.....	38
4.2.1. Estrutura e conteúdo	40
4.2.2. Princípios básicos	41
4.2.3. Direito civil-constitucional.....	42
4.2.4. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	44

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

1.	Conteúdo e função	46
2.	Fontes do direito	48
3.	A lei	49
3.1.	Conceito	50
3.2.	Principais características	50
3.3.	Classificação.....	52
4.	Vigência da lei	57
4.1.	Início da vigência	57
4.2.	Revogação da lei.....	60
5.	Obrigatoriedade das leis	67
6.	A integração das normas jurídicas	68
6.1.	A analogia	70
6.2.	O costume.....	72
6.3.	Os princípios gerais de direito.....	74
6.4.	A equidade	75
7.	Aplicação e interpretação das normas jurídicas.....	76
8.	Conflito das leis no tempo	81
9.	Eficácia da lei no espaço	85
10.	Inovações introduzidas pela Lei n. 13.655, de 25 de abril de 2018	91

Livro I DAS PESSOAS

TÍTULO I DAS PESSOAS NATURAIS

CAPÍTULO I DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE

INTROITO

1.	Nota introdutória	99
2.	Personalidade jurídica	100
3.	Capacidade jurídica e legitimação	101

DAS PESSOAS COMO SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA

4. Os sujeitos da relação jurídica	103
5. Conceito de pessoa natural	105
6. Começo da personalidade natural	106

DAS INCAPACIDADES

7. Conceito e espécies	116
7.1. Incapacidade absoluta: os menores de 16 anos	117
7.2. Incapacidade relativa	121
7.2.1. Os maiores de 16 e menores de 18 anos	122
7.2.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxico	124
7.2.3. Os que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade	125
7.2.4. Os pródigos	125
7.2.5. Curatela de pessoas capazes (deficientes) e incapazes	127
7.2.5.1. O procedimento da curatela	127
7.2.5.2. A tomada de decisão apoiada	133
8. A situação jurídica dos índios	134
9. Modos de suprimento da incapacidade	137
10. Sistema de proteção aos incapazes	138
11. Cessação da incapacidade	140
11.1. Maioridade	141
11.2. Emancipação	142
11.2.1. Emancipação voluntária	143
11.2.2. Emancipação judicial	145
11.2.3. Emancipação legal	146

EXTINÇÃO DA PERSONALIDADE NATURAL

12. Modos de extinção	151
12.1. Morte real	151
12.2. Morte simultânea ou comoriência	152
12.3. Morte civil	153
12.4. Morte presumida	154

INDIVIDUALIZAÇÃO DA PESSOA NATURAL

13. Modos de individualização	156
13.1. Nome	156
13.1.1. Conceito	157
13.1.2. Natureza jurídica	159
13.1.3. Elementos do nome	160
13.1.3.1. Prenome	161
13.1.3.2. Sobrenome	162
13.1.4. Imutabilidade do nome	164
13.1.4.1. Retificação de prenome	164
13.1.4.2. Adições intermediárias	168
13.1.4.3. Mudanças no sobrenome	169
13.1.4.4. Outras hipóteses	172
13.2. Estado	182
13.2.1. Aspectos	182
13.2.2. Caracteres	184
13.3. Domicílio	185
13.3.1. Domicílio da pessoa natural	186
13.3.1.1. Conceito	186
13.3.1.2. Espécies	189
13.3.2. Domicílio da pessoa jurídica	192
14. Atos do registro civil	194

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

1. Conceito	200
2. Fundamentos dos direitos da personalidade	202
3. Características dos direitos da personalidade	203
4. Disciplina no Código Civil	206
4.1. Da proteção aos direitos da personalidade	208
4.2. Os atos de disposição do próprio corpo	210
4.3. O tratamento médico de risco	214
4.4. O direito ao nome	218
4.5. A proteção à palavra e à imagem	219
4.6. A proteção à intimidade	223

CAPÍTULO III DA AUSÊNCIA

1.	Introdução	226
2.	Da curadoria dos bens do ausente	227
3.	Da sucessão provisória	229
4.	Da sucessão definitiva	230
5.	Do retorno do ausente	231
6.	Ausência como causa de dissolução da sociedade conjugal.....	232

TÍTULO II DAS PESSOAS JURÍDICAS

1.	Conceito	234
2.	Natureza jurídica	236
2.1.	Teorias da ficção	236
2.2.	Teorias da realidade	237
3.	Requisitos para a constituição da pessoa jurídica	239
3.1.	Começo da existência legal	240
3.2.	Sociedades irregulares ou de fato	243
3.3.	Grupos despersonalizados	245
4.	Classificação da pessoa jurídica	249
4.1.	Pessoas jurídicas de direito privado	252
4.1.1.	As associações	253
4.1.2.	As sociedades	257
4.1.3.	As fundações	259
4.1.4.	As organizações religiosas	268
4.1.5.	Partidos políticos	269
5.	Desconsideração da personalidade jurídica	270
6.	Responsabilidade das pessoas jurídicas	282
6.1.	Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado	283
6.2.	Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público	285
6.2.1.	Evolução histórica	285
6.2.2.	A Constituição Federal de 1988.....	287
6.2.3.	Responsabilidade por atos omissivos.....	290
6.2.4.	Danos decorrentes de atos judiciais	291

6.2.4.1. Atos judiciais em geral	291
6.2.4.2. Erro judiciário	294
6.2.5. Danos decorrentes de atos legislativos	296
6.2.5.1. Danos causados por lei inconstitucional	296
6.2.5.2. Danos causados por lei constitucionalmente perfeita	297
6.2.5.3. Imunidade parlamentar	298
7. Extinção da pessoa jurídica	299

Livro II DOS BENS

1. Objeto da relação jurídica	303
2. Bens corpóreos e incorpóreos	305
3. Patrimônio	307
4. Classificação dos bens	309
4.1. Bens considerados em si mesmos	310
4.1.1. Bens imóveis e bens móveis	311
4.1.1.1. Bens imóveis	312
4.1.1.2. Bens móveis	317
4.1.2. Bens fungíveis e infungíveis	320
4.1.3. Bens consumíveis e inconsumíveis	322
4.1.4. Bens divisíveis e indivisíveis	324
4.1.5. Bens singulares e coletivos	326
4.2. Bens reciprocamente considerados	328
4.2.1. Bens principais e acessórios	328
4.2.2. As diversas classes de bens acessórios	330
4.2.2.1. Os produtos	330
4.2.2.2. Os frutos	331
4.2.2.3. As pertenças	332
4.2.2.4. As benfeitorias	334
4.3. Bens quanto ao titular do domínio: públicos e particulares	337
4.4. Bens quanto à possibilidade de serem ou não comercializados: bens fora do comércio e bem de família	341

Livro III

DOS FATOS JURÍDICOS

TÍTULO I

DO NEGÓCIO JURÍDICO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Fato jurídico em sentido amplo	345
1.1. Conceito	346
1.2. Espécies	347
2. Negócio jurídico	349
2.1. Conceito	350
2.2. Finalidade <i>negocial</i>	352
2.2.1. Aquisição de <i>direitos</i>	352
2.2.2. Conservação de <i>direitos</i>	355
2.2.3. Modificação de <i>direitos</i>	355
2.2.4. Extinção de <i>direitos</i>	357
2.3. Teoria do negócio jurídico	357
2.4. Classificação dos negócios jurídicos	359
2.4.1. Unilaterais, bilaterais e <i>plurilaterais</i>	360
2.4.2. Gratuitos e onerosos, neutros e <i>bifrontes</i>	361
2.4.3. <i>Inter vivos</i> e <i>mortis causa</i>	363
2.4.4. Principais e acessórios. <i>Negócios derivados</i>	363
2.4.5. Solenes (formais) e não solenes (de forma livre)...	364
2.4.6. Simplex, complexos e <i>coligados</i>	365
2.4.7. Dispositivos e <i>obrigacionais</i>	366
2.4.8. Negócio <i>fiduciário</i> e <i>negócio simulado</i>	367
2.5. Interpretação do negócio jurídico	369
3. Ato jurídico em sentido estrito	373
4. Ato-fato jurídico	375

ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

5. Classificação	378
6. A tricotomia <i>existência-validade-eficácia</i>	378

7.	Requisitos de existência	380
7.1.	Declaração de vontade	381
7.1.1.	O silêncio como manifestação de vontade	383
7.1.2.	Reserva mental.....	384
7.1.2.1.	Conceito	384
7.1.2.2.	Efeitos	385
7.2.	Finalidade negocial	386
7.3.	Idoneidade do objeto.....	387
8.	Requisitos de validade.....	387
8.1.	Capacidade do agente.....	389
8.2.	Objeto lícito, possível, determinado ou determinável.....	391
8.3.	Forma	393

CAPÍTULO II DA REPRESENTAÇÃO

1.	Introdução.....	396
2.	Espécies de representação	397
3.	Espécies de representantes	398
4.	Regras da representação	399
5.	Representação e mandato	400
6.	Contrato consigo mesmo (autocontratação).....	402
6.1.	Conceito	402
6.2.	Efeitos	403

CAPÍTULO III DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO

1.	Introdução.....	406
2.	Condição.....	407
2.1.	Conceito	407
2.2.	Elementos da condição.....	409
2.3.	Condição voluntária e condição legal	410
2.4.	Negócios jurídicos que não admitem condição.....	411
2.5.	Classificação das condições.....	413
2.6.	Retroatividade e irretroatividade da condição.....	420
2.7.	Pendência, implemento e frustração da condição.....	422

3. Termo.....	423
3.1. Conceito	423
3.2. Espécies	424
3.3. Os prazos e sua contagem	425
4. Encargo ou modo	426
5. Negócio jurídico processual	429

CAPÍTULO IV DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. Introdução	430
2. Erro ou ignorância	431
2.1. Conceito	431
2.2. Espécies	432
2.2.1. Erro substancial e erro acidental	432
2.2.1.1. Características do erro substancial	433
2.2.1.2. Erro substancial e vício redibitório	437
2.2.2. Erro escusável	437
2.2.3. Erro real	441
2.2.4. Erro obstativo ou impróprio	441
2.3. O falso motivo	442
2.4. Transmissão errônea da vontade	443
2.5. Convalescimento do erro	444
2.6. Interesse negativo	445

O DOLO

3. Conceito	446
4. Características	447
5. Espécies de dolo	448

A COAÇÃO

6. Conceito	455
7. Espécies de coação	456
8. Requisitos da coação	457
9. Coação exercida por terceiro	462

O ESTADO DE PERIGO

10. Conceito	464
---------------------------	-----

11. Distinção entre estado de perigo e institutos afins	465
11.1. Estado de perigo e lesão	465
11.2. Estado de perigo e estado de necessidade	467
11.3. Estado de perigo e coação	468
12. Elementos do estado de perigo	468
13. Efeitos do estado de perigo	471

A LESÃO

14. Conceito.....	474
15. Características da lesão	476
16. Elementos da lesão	478
17. Efeitos da lesão	480

A FRAUDE CONTRA CREDORES

18. Conceito.....	482
19. Elementos constitutivos	483
20. Hipóteses legais	485
20.1. Atos de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida	486
20.2. Atos de transmissão onerosa	487
20.3. Pagamento antecipado de dívida	488
20.4. Concessão fraudulenta de garantias	489
21. Ação pauliana ou revocatória	490
21.1. Natureza jurídica	490
21.2. Legitimidade ativa	493
21.3. Legitimidade passiva	495
22. Fraude não ultimada	496
23. Validade dos negócios ordinários celebrados de boa-fé pelo devedor.	497
24. Fraude contra credores e fraude à execução	499

CAPÍTULO V

DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. Introdução.....	506
2. Negócio jurídico inexistente	507
3. Nulidade	508

3.1. Conceito.....	508
3.2. Espécies de nulidade.....	508
3.3. Causas de nulidade	509
4. Anulabilidade.....	511
4.1. Conceito.....	511
4.2. Causas de anulabilidade	512
5. Diferenças entre nulidade e anulabilidade.....	512
6. Disposições especiais.....	515
7. Conversão do negócio jurídico	516

A SIMULAÇÃO

8. Conceito.....	518
9. Características da simulação.....	519
10. Espécies de simulação.....	519
11. Hipóteses legais de simulação	522
12. Efeitos da simulação	523
13. Simulação e institutos afins	523

TÍTULO II DOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS

1. Disposições aplicáveis	525
2. Críticas à inovação.....	525

TÍTULO III DOS ATOS ILÍCITOS

1. Conceito.....	528
2. Responsabilidade contratual e extracontratual	531
3. Responsabilidade civil e responsabilidade penal.....	532
4. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva.....	533
5. Imputabilidade e responsabilidade	535
5.1. A responsabilidade dos privados de discernimento.....	535
5.2. A responsabilidade dos menores	537
6. Pressupostos da responsabilidade extracontratual	538
6.1. Ação ou omissão.....	538
6.2. Culpa ou dolo do agente.....	539
6.3. Relação de causalidade.....	540

6.4. Dano	540
7. Atos lesivos não considerados ilícitos	541
7.1. A legítima defesa	541
7.2. O exercício regular e o abuso de direito	542
7.3. O estado de necessidade	544

TÍTULO IV DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

CAPÍTULO I DA PRESCRIÇÃO

1. Introdução	546
2. Conceito e requisitos	548
3. Pretensões imprescritíveis	550
4. Prescrição e institutos afins	551
5. Disposições legais sobre a prescrição	553
6. Das causas que impedem ou suspendem a prescrição	558
7. Das causas que interrompem a prescrição	562
8. Prazos de prescrição no Código Civil	568

CAPÍTULO II DA DECADÊNCIA

1. Conceito e características	569
2. Disposições legais sobre a decadência	571

TÍTULO V DA PROVA

1. Introdução	573
2. Meios de prova	574
2.1. Confissão	575
2.2. Documento	576
2.3. Testemunha	580
2.4. Presunção	581
2.5. Perícia	582
<i>Bibliografia</i>	585

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).

Direito Civil BRASILEIRO

18ª edição

2021

saraiva  jur

ISBN 978-85-536-0765-5-obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Gonçalves, Carlos Roberto

Direito civil brasileiro volume 2 : teoria geral das obrigações / Carlos Roberto Gonçalves. 18. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

464 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5559-056-2 (impresso)

1. Obrigações (Direito) - Brasil. I. Título.

20-0454

CDD 340
CDU 347.4(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito civil: Obrigações : Brasil

saraiva
EDUCAÇÃO**saraiva** Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100**SAC** | sac.sets@somoseduacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteado
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dalila Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Aline Darcy Flor De Souza
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraiso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicoly Wasconcelos Razuk
Diagramação e revisão	Know-How Editorial
Capa	IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Edições Loyola

Data de fechamento da edição: 5-10-2020Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606726 CAE

ÍNDICE

PARTE ESPECIAL

LIVRO I DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1. Conceito e âmbito do direito das obrigações.....	17
2. Importância do direito das obrigações.....	19
3. Características principais do direito das obrigações.....	20
4. Relações com as outras ramificações do direito civil.....	22
5. Direitos obrigacionais ou pessoais e direitos reais	23
5.1. Principais distinções.....	25
5.2. Figuras híbridas	27
5.2.1. Espécies.....	27
5.2.2. Obrigações <i>propter rem</i>	27
5.2.2.1. Conceito.....	27
5.2.2.2. Natureza jurídica.....	31
5.2.3. Ônus reais.....	31
5.2.4. Obrigações com eficácia real	32
6. Evolução da teoria das obrigações.....	33
7. Posição do direito das obrigações no Código Civil.....	35
8. A unificação do direito obrigacional	36

CAPÍTULO II
NOÇÕES GERAIS DE OBRIGAÇÃO

1.	Conceito de obrigação	38
2.	Elementos constitutivos da obrigação	40
2.1.	Sujeitos da relação obrigacional (elemento subjetivo)	40
2.2.	Objeto da relação obrigacional (elemento objetivo)	42
2.3.	Vínculo jurídico da relação obrigacional (elemento abstrato)	46
3.	Fontes das obrigações	47
3.1.	Introdução	47
3.2.	Fontes no direito romano e em outras legislações contemporâneas	47
3.3.	Concepção moderna das fontes das obrigações	49
4.	Distinção entre obrigação e responsabilidade	52

TÍTULO I
DAS MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES

1.	Introdução	55
2.	Noção geral	55

CAPÍTULO I
DAS OBRIGAÇÕES DE DAR

1.	Introdução	59
2.	Formas	59

DAS OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA

3.	Noção e conteúdo	61
4.	Impossibilidade de entrega de coisa diversa, ainda que mais valiosa	64
5.	Tradição como transferência dominial	65
6.	Direito aos melhoramentos e acréscidos	67
7.	Abrangência dos acessórios	70
8.	Obrigação de entregar	72
8.1.	Percimento sem culpa e com culpa do devedor	72
8.2.	Deterioração sem culpa e com culpa do devedor	73

9. Obrigação de restituir	74
9.1. Perecimento sem culpa e com culpa do devedor	75
9.2. Deterioração sem culpa e com culpa do devedor	76
10. Das obrigações pecuniárias.....	77

DAS OBRIGAÇÕES DE DAR COISA INCERTA

11. Conceito	80
12. Diferenças e afinidades com outras modalidades	81
13. Disciplina legal	82
13.1. Indicação do gênero e quantidade.....	82
13.2. Escolha e concentração.....	83
13.3. Gênero limitado e ilimitado	85

CAPÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER

1. Conceito	87
2. Espécies	89
3. Inadimplemento	90
3.1. Obrigações infungíveis ou personalíssimas.....	92
3.2. Obrigações fungíveis ou impessoais	95
3.3. Obrigações consistentes em emitir declaração de vontade..	96

CAPÍTULO III

DAS OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER

1. Noção e alcance	99
2. Inadimplemento da obrigação negativa.....	100
3. Regras processuais.....	102

CAPÍTULO IV

DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS

1. Obrigações cumulativas e alternativas.....	103
2. Conceito de obrigação alternativa	104
3. Direito de escolha	106

4. A concentração	108
5. Impossibilidade das prestações.....	110
6. Obrigações facultativas.....	111
6.1. Conceito.....	111
6.2. Características e efeitos	113

CAPÍTULO V

DAS OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS

1. Conceito de obrigação divisível e indivisível.....	116
2. Espécies de indivisibilidade.....	120
3. A indivisibilidade em relação às várias modalidades de obrigações	121
4. Efeitos da divisibilidade e da indivisibilidade da prestação.....	123
4.1. Pluralidade de devedores.....	123
4.2. Pluralidade de credores.....	126
5. Perda da indivisibilidade.....	131

CAPÍTULO VI

DAS OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Conceito e características	134
2. Natureza jurídica da solidariedade.....	136
3. Diferenças entre solidariedade e indivisibilidade.....	138
4. Princípios comuns à solidariedade.....	138
5. Espécies de obrigação solidária.....	142

DA SOLIDARIEDADE ATIVA

6. Conceito.....	143
7. Características da solidariedade ativa.....	146
8. Disciplina legal	148
9. Extinção da obrigação solidária.....	153
10. Direito de regresso.....	155

DA SOLIDARIEDADE PASSIVA

11. Conceito e características	157
12. Direitos do credor	160
13. Efeitos da morte de um dos devedores solidários.....	162
14. Relações entre os codevedores solidários e o credor.....	163
14.1. Consequências do pagamento parcial e da remissão	163
14.2. Cláusula, condição ou obrigação adicional	165
14.3. Renúncia da solidariedade	167
15. Impossibilidade da prestação.....	168
16. Responsabilidade pelos juros.....	171
17. Meios de defesa dos devedores.....	172
18. Relações dos codevedores entre eles	177
18.1. Direito de regresso.....	178
18.2. Insolvência de um dos codevedores solidários.....	181

CAPÍTULO VII

OUTRAS MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES

DAS OBRIGAÇÕES CIVIS E NATURAIS

1. Distinção entre obrigação civil e obrigação natural	184
2. Obrigação natural.....	185
2.1. Conceito e características	185
2.2. Natureza jurídica da obrigação natural.....	187
2.3. Casos de obrigação natural no direito brasileiro	189
2.4. Efeitos da obrigação natural.....	193

DAS OBRIGAÇÕES DE MEIO, DE RESULTADO E DE GARANTIA

3. Obrigação de meio e de resultado.....	196
4. Obrigação de garantia	201

DAS OBRIGAÇÕES DE EXECUÇÃO INSTANTÂNEA, DIFERIDA E CONTINUADA

5. Obrigações de execução instantânea e de execução diferida.....	202
6. Obrigação de execução continuada	203

DAS OBRIGAÇÕES PURAS E SIMPLES, CONDICIONAIS, A TERMO E MODAIS

7.	Obrigações puras e simples	205
8.	Obrigações condicionais	206
9.	Obrigações a termo	212
10.	Obrigações modais ou com encargo	214

DAS OBRIGAÇÕES LÍQUIDAS E ILÍQUIDAS

11.	Conceito	216
12.	Espécies de liquidação	217
13.	Aplicações práticas da distinção	218

DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS

14.	Conceito e efeitos	220
15.	Espécies	221

TÍTULO II

DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I

DA CESSÃO DE CRÉDITO

1.	A transmissão das obrigações	222
	1.1. Noções gerais	222
	1.2. Espécies	224
2.	Conceito de cessão de crédito	224
3.	Cessão de crédito e institutos afins	225
4.	Requisitos da cessão de crédito: objeto, capacidade e legitimação	226
5.	Espécies de cessão de crédito	229
6.	Formas	230
7.	Notificação do devedor	231
8.	Responsabilidade do cedente	234

CAPÍTULO II

DA ASSUNÇÃO DE DÍVIDA

1.	Conceito	237
----	----------------	-----

2. Características e pressupostos.....	238
3. Assunção de dívida e institutos afins.....	239
3.1. Assunção de dívida e promessa de liberação do devedor....	239
3.2. Assunção de dívida e novação subjetiva por substituição do devedor	240
3.3. Assunção de dívida e fiança	241
3.4. Assunção de dívida e estipulação em favor de terceiro.....	242
4. Espécies de assunção de dívida	243
5. Efeitos da assunção de dívida	246

CAPÍTULO III DA CESSÃO DE CONTRATO

1. Conceito. Cessão de contrato e cessão de posição contratual	249
2. Natureza jurídica.....	251
3. Características da cessão da posição contratual.....	253
4. Efeitos da cessão da posição contratual.....	255
4.1. Efeitos entre o cedente e o contraente cedido	255
4.2. Efeitos entre o cedente e o cessionário.....	256
4.3. Efeitos entre o cessionário e o contraente cedido.....	257
5. Cessão da posição contratual no direito brasileiro	258

TÍTULO III DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

1. Introdução	260
2. Liberação pelo adimplemento.....	260
3. Princípios da boa-fé e da probidade	261
4. Disciplina no Código Civil de 2002	263

CAPÍTULO I DO PAGAMENTO

1. Noção e espécies de pagamento	265
2. Natureza jurídica e requisitos de validade do pagamento	268

3.	De quem deve pagar	270
3.1.	Pagamento efetuado por pessoa interessada	271
3.2.	Pagamento efetuado por terceiro não interessado	272
3.3.	Pagamento efetuado mediante transmissão da propriedade	276
4.	Daqueles a quem se deve pagar	277
4.1.	Pagamento efetuado diretamente ao credor	277
4.2.	Pagamento efetuado ao representante do credor	278
4.3.	Validade do pagamento efetuado a terceiro que não o credor	279
4.4.	Pagamento efetuado ao credor putativo	280
4.5.	Pagamento ao credor incapaz	281
4.6.	Pagamento efetuado ao credor cujo crédito foi penhorado	283
5.	Do objeto do pagamento	284
5.1.	Pagamento em dinheiro e o princípio do nominalismo	286
5.2.	A cláusula de escala móvel	288
6.	Da prova do pagamento	292
6.1.	A quitação	292
6.2.	As presunções de pagamento	294
7.	Do lugar do pagamento	297
8.	Do tempo do pagamento	300

CAPÍTULO II

DO PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO

1.	Pagamentos especiais	305
2.	Conceito de pagamento em consignação	305
3.	Objeto da consignação	308
4.	Fatos que autorizam a consignação	309
5.	Requisitos de validade da consignação	312
6.	Levantamento do depósito	316
7.	Disposições processuais	318

CAPÍTULO III

DO PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO

1.	Conceito	323
2.	Natureza jurídica	326

3. Espécies	327
3.1. Sub-rogação legal	327
3.2. Sub-rogação convencional.....	330
4. Efeitos da sub-rogação.....	334
5. Sub-rogação parcial	335

CAPÍTULO IV DA IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO

1. Conceito.....	337
2. Requisitos da imputação do pagamento	338
3. Espécies de imputação.....	340
3.1. Imputação por indicação do devedor.....	341
3.2. Imputação por vontade do credor	342
3.3. Imputação em virtude de lei	342
4. Imputação do pagamento em contratos de cheque especial	344

CAPÍTULO V DA DAÇÃO EM PAGAMENTO

1. Conceito.....	346
2. Elementos constitutivos.....	348
3. Natureza jurídica.....	348
4. Disposições legais.....	349

CAPÍTULO VI DA NOVAÇÃO

1. Conceito.....	353
2. Requisitos da novação	355
3. Espécies de novação	359
4. Efeitos da novação.....	363

CAPÍTULO VII DA COMPENSAÇÃO

1. Conceito.....	366
2. Espécies de compensação.....	367

2.1. Compensação legal	368
2.1.1. Conceito	368
2.1.2. Requisitos da compensação legal	368
2.1.2.1. Reciprocidade dos créditos	368
2.1.2.2. Liquidez das dívidas	369
2.1.2.3. Exigibilidade das prestações	370
2.1.2.4. Fungibilidade dos débitos	371
2.2. Compensação convencional	372
2.3. Compensação judicial.....	373
3. Dívidas não compensáveis	373
4. Regras peculiares.....	378

CAPÍTULO VIII DA CONFUSÃO

1. Conceito e características	380
2. Espécies de confusão	381
3. Efeitos da confusão	382
4. Cessação da confusão	383

CAPÍTULO IX DA REMISSÃO DE DÍVIDAS

1. Conceito e natureza jurídica	384
2. Espécies de remissão	385
3. Presunções legais	387
4. A remissão em caso de solidariedade passiva	388

TÍTULO IV DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A obrigatoriedade dos contratos	389
2. Inadimplemento absoluto.....	391
2.1. Inadimplemento culposo da obrigação	392

2.1.1. Perdas e danos.....	394
2.1.2. Responsabilidade patrimonial	394
2.1.3. Contratos benéficos e onerosos.....	395
2.2. Inadimplemento fortuito da obrigação	396

CAPÍTULO II DA MORA

1. Conceito.....	399
2. Mora e inadimplemento absoluto	400
3. Espécies de mora	404
3.1. Mora do devedor.....	404
3.1.1. Espécies.....	404
3.1.2. Requisitos.....	409
3.1.3. Efeitos	410
3.2. Mora do credor	412
3.2.1. Requisitos.....	412
3.2.2. Efeitos	413
3.3. Mora de ambos os contratantes	415
4. Purgação e cessação da mora.....	415

CAPÍTULO III DAS PERDAS E DANOS

1. Conceito.....	418
2. Dano emergente e lucro cessante.....	419
3. Obrigações de pagamento em dinheiro.....	422

CAPÍTULO IV DOS JUROS LEGAIS

1. Conceito.....	424
2. Espécies	424
3. Regulamentação legal.....	428
4. Anatocismo ou capitalização de juros	434
5. Juros compensatórios bancários	435

CAPÍTULO V
DA CLÁUSULA PENAL

1.	Conceito	438
2.	Natureza jurídica.....	439
3.	Funções da cláusula penal	439
4.	Valor da cláusula penal.....	442
5.	Espécies de cláusula penal.....	447
6.	Efeitos da distinção entre as duas espécies.....	449
7.	Cláusula penal e institutos afins	450
8.	Cláusula penal e pluralidade de devedores.....	453

CAPÍTULO VI
DAS ARRAS ●U SINAL

1.	Conceito	455
2.	Natureza jurídica.....	455
3.	Espécies	456
4.	Funções das arras.....	457
<i>Bibliografia</i>		459

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).

Direito Civil BRASILEIRO

3

CONTRATOS E
ATOS UNILATERAIS

18ª edição

2021

saraiva  jur

saraiva
E D U C A Ç Ã O

saraiva 

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial Fernando Penteado

Planejamento Josiane de Araujo Rodrigues

Novos projetos Sérgio Lopes de Carvalho
Dalila Costa de Oliveira

Edição Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Verônica Pivisan Reis

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraiso Buldrini Filogônio
Marília Cordeiro
Nicoly Wasconcelos Razuk

Diagramação Cássia Souto

Revisão Carolina Massanhi

Capa IDÉE arte e comunicação

Produção gráfica Mari Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Gonçalves, Carlos Roberto

Direito civil brasileiro – volume 3: contratos e atos unilaterais / Carlos Roberto Gonçalves. – 18. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
776 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5559-007-4 (impresso)

1. Direito civil - Brasil. I. Título.

20-0480

CDD 340
CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito civil

Data de fechamento da edição: 13-10-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL [606759] CAE [736504]

ÍNDICE

Primeira Parte DOS CONTRATOS

TÍTULO I TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

CAPÍTULO I NOÇÃO GERAL

1. Conceito	23
2. Evolução histórica.....	25
3. Função social do contrato	26
4. Contrato no Código de Defesa do Consumidor	33
5. Condições de validade do contrato	37
5.1. Requisitos subjetivos	37
5.2. Requisitos objetivos.....	40
5.3. Requisitos formais	42
6. Princípios fundamentais do direito contratual	44
6.1. Princípio da autonomia da vontade	44
6.2. Princípio da supremacia da ordem pública.....	47
6.3. Princípio do consensualismo	49
6.4. Princípio da relatividade dos efeitos do contrato.....	51
6.5. Princípio da obrigatoriedade dos contratos	52
6.6. Princípio da revisão dos contratos ou da onerosidade excessiva	54

6.7.	Princípio da boa-fé e da probidade	57
6.7.1.	Boa-fé subjetiva e boa-fé objetiva	59
6.7.2.	Disciplina no Código Civil de 2002	61
6.7.3.	Proibição de “venire contra factum proprium”	64
6.7.4.	“Suppressio, surrectio” e “tu quoque”	65
6.7.5.	“Duty to mitigate the loss” e “Nachfrist”	67
7.	Interpretação dos contratos	70
7.1.	Conceito e extensão	70
7.2.	Princípios básicos	71
7.3.	Regras esparsas	74
7.4.	Interpretação dos contratos no Código de Defesa do Consumidor	75
7.5.	Critérios práticos para interpretação dos contratos	75
7.6.	Interpretação dos contratos de adesão	76
8.	Pactos sucessórios	77

CAPÍTULO II DA FORMAÇÃO DOS CONTRATOS

1.	A manifestação da vontade	79
2.	Negociações preliminares	80
3.	A proposta	82
3.1.	Conceito e características	82
3.2.	A oferta no Código Civil	84
3.2.1.	A força vinculante da oferta	84
3.2.2.	Proposta não obrigatória	84
3.3.	A oferta no Código de Defesa do Consumidor	87
4.	A aceitação	88
4.1.	Conceito e espécies	88
4.2.	Hipóteses de inexistência de força vinculante da aceitação	89
5.	Momento da conclusão do contrato	89
5.1.	Contratos entre presentes	89
5.2.	Contratos entre ausentes	90
6.	Lugar da celebração	92
7.	Formação dos contratos pela Internet	92

CAPÍTULO III CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS

1.	Introdução	100
2.	Contratos unilaterais, bilaterais e plurilaterais.....	101
3.	Contratos gratuitos ou benéficos e onerosos.....	104
4.	Contratos comutativos e aleatórios	105
4.1.	Contratos aleatórios por natureza	106
4.2.	Contratos acidentalmente aleatórios.....	107
5.	Contratos paritários e de adesão. Contrato-tipo.....	108
6.	Contratos de execução instantânea, diferida e de trato sucessivo .	112
7.	Contratos personalíssimos e impessoais	113
8.	Contratos individuais e coletivos	114
9.	Contratos principais e acessórios. Contratos derivados.....	115
10.	Contratos solenes e não solenes.....	117
11.	Contratos consensuais e reais	119
12.	Contratos preliminares e definitivos	121
13.	Contratos nominados e inominados, típicos e atípicos, mistos e coligados. União de contratos.....	123

CAPÍTULO IV DA ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO

1.	Conceito.....	127
2.	Escoço histórico	128
3.	Natureza jurídica da estipulação em favor de terceiro.....	130
4.	A regulamentação da estipulação de terceiro no Código Civil.....	132

CAPÍTULO V DA PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO

1.	Introdução.....	135
2.	Promessa de fato de terceiro	135
3.	Inovações introduzidas pelo Código Civil de 2002	136

CAPÍTULO VI DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS

1.	Disciplina no Código Civil	139
----	----------------------------------	-----

1.1. Conceito.....	139
1.2. Fundamento jurídico.....	141
1.3. Requisitos para a caracterização dos vícios redibitórios ...	142
1.4. Efeitos. Ações cabíveis.....	144
1.4.1. Espécies de ações.....	145
1.4.2. Prazos decadenciais.....	145
1.4.3. Hipóteses de descabimento das ações edilícias.....	147
1.4.3.1. Coisas vendidas conjuntamente.....	147
1.4.3.2. Inadimplemento contratual.....	148
1.4.3.3. Erro quanto às qualidades essenciais do objeto.....	148
1.4.3.4. Coisa vendida em hasta pública.....	150
2. Disciplina no Código de Defesa do Consumidor.....	151

CAPÍTULO VII DA EVICÇÃO

1. Conceito e fundamento jurídico.....	153
2. Extensão da garantia.....	155
3. Requisitos da evicção.....	157
4. Verbas devidas.....	163
5. Da evicção parcial.....	166

CAPÍTULO VIII DOS CONTRATOS ALEATÓRIOS

1. Conceito e espécies.....	168
2. Venda de coisas futuras.....	172
2.1. Risco concernente à própria existência da coisa: <i>emptio spei</i>	172
2.2. Risco respeitante à quantidade da coisa esperada: <i>emptio rei speratae</i>	173
3. Venda de coisas existentes, mas expostas a risco.....	174

CAPÍTULO IX DO CONTRATO PRELIMINAR

1. Conceito.....	175
------------------	-----

2. Evolução da promessa de compra e venda no direito brasileiro.....	177
3. A disciplina do contrato preliminar no Código Civil de 2002....	178

CAPÍTULO X

DO CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR

1. Conceito.....	184
2. Natureza jurídica.....	186
3. Aplicações práticas.....	187
4. Contrato com pessoa a declarar e institutos afins.....	188
5. Disciplina no Código Civil de 2002.....	190

CAPÍTULO XI

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

1. Modo normal de extinção.....	192
2. Extinção do contrato sem cumprimento.....	193
2.1. Causas anteriores ou contemporâneas à formação do contrato.....	193
2.1.1. Nulidade absoluta e relativa.....	193
2.1.2. Cláusula resolutiva. O adimplemento substancial do contrato.....	195
2.1.3. Direito de arrependimento.....	200
2.2. Causas supervenientes à formação do contrato.....	201
2.2.1. Resolução.....	201
2.2.1.1. Resolução por inexecução voluntária.....	201
2.2.1.1.1. Exceção de contrato não cumprido..	204
2.2.1.1.2. Garantia de execução da obrigação a prazo.....	207
2.2.1.2. Resolução por inexecução involuntária.....	208
2.2.1.3. Resolução por onerosidade excessiva.....	210
2.2.1.3.1. A cláusula “rebus sic stantibus” e a teoria da imprevisão.....	210
2.2.1.3.2. A onerosidade excessiva no Código Civil brasileiro de 2002.....	213
2.2.2. Resilição.....	221
2.2.2.1. Distrato e quitação.....	221

2.2.2.2. Resilição unilateral: denúncia, revogação, renúncia e resgate.....	223
2.2.3. Morte de um dos contratantes	226
2.2.4. Rescisão	226

TÍTULO II DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO

1. Introdução ao estudo das várias espécies de contrato	229
2. Espécies de contrato reguladas no Código Civil de 2002.....	230

CAPÍTULO I DA COMPRA E VENDA

1. Conceito e características do contrato de compra e venda	232
2. Unificação da compra e venda civil e mercantil.....	236
3. Natureza jurídica da compra e venda.....	238
4. Elementos da compra e venda	239
4.1. O consentimento	239
4.2. O preço	241
4.3. A coisa.....	244
4.3.1. Existência da coisa.....	245
4.3.2. Individuação da coisa	246
4.3.3. Disponibilidade da coisa.....	246
5. Efeitos da compra e venda.....	247
5.1. Efeitos principais: geração de obrigações recíprocas e da responsabilidade pelos vícios redibitórios e pela evicção.	247
5.2. Efeitos secundários ou subsidiários.....	249
5.2.1. A responsabilidade pelos riscos	249
5.2.2. A repartição das despesas	251
5.2.3. O direito de reter a coisa ou o preço	251
6. Limitações à compra e venda.....	253
6.1. Venda de ascendente a descendente	253
6.2. Aquisição de bens por pessoa encarregada de zelar pelos interesses do vendedor.....	260
6.3. Venda da parte indivisa em condomínio.....	263
6.4. Venda entre cônjuges	265

7. Vendas especiais	266
7.1. Venda mediante amostra.....	266
7.2. Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	267

DAS CLÁUSULAS ESPECIAIS À COMPRA E VENDA

8. Introdução.....	271
9. Da retrovenda.....	272
10. Da venda a contento e da sujeita a prova.....	275
11. Da preempção ou preferência	278
12. Da venda com reserva de domínio.....	282
13. Da venda sobre documentos	287

CAPÍTULO II

DA TROCA OU PERMUTA

1. Conceito e caracteres jurídicos	291
2. Regulamentação jurídica.....	292

CAPÍTULO III

DO CONTRATO ESTIMATÓRIO

1. Conceito e natureza jurídica	294
2. Regulamentação legal	296

CAPÍTULO IV

DA DOAÇÃO

1. Conceito e características	298
2. Objeto da doação	303
3. Promessa de doação.....	305
4. Espécies de doação	307
5. Restrições legais	318
6. Da revogação da doação	321
6.1. Casos comuns a todos os contratos	322
6.2. Revogação por descumprimento do encargo.....	322
6.3. Revogação por ingratidão do donatário.....	323

CAPÍTULO V DA LOCAÇÃO DE COISAS

1.	Conceito e natureza jurídica	328
2.	Elementos do contrato de locação	331
3.	Obrigações do locador	335
4.	Obrigações do locatário	338
5.	Disposições complementares.....	341
6.	Locação de prédios	342
7.	Locação de prédio urbano.....	347

CAPÍTULO VI DO EMPRÉSTIMO

1.	Conceito.....	357
2.	Espécies	357
DO COMODATO		358
3.	Conceito e características	358
4.	Direitos e obrigações do comodatário	365
5.	Direitos e obrigações do comodante	369
6.	Extinção do comodato	370
DO MÚTUO.....		372
7.	Conceito.....	372
8.	Características.....	373
9.	Requisitos subjetivos	375
10.	Objeto do mútuo	378
11.	Direitos e obrigações das partes	381

CAPÍTULO VII DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1.	Conceito	383
2.	Natureza jurídica	385
3.	Duração do contrato.....	386
4.	Extinção do contrato	388
5.	Disposições complementares.....	388

CAPÍTULO VIII
DA EMPREITADA

1.	Conceito.....	392
2.	Características.....	394
3.	Espécies de empreitada.....	395
4.	Verificação e recebimento da obra.....	397
5.	Responsabilidade do empreiteiro.....	399
6.	Responsabilidade do proprietário	405
7.	Extinção da empreitada.....	408

CAPÍTULO IX
DO DEPÓSITO

1.	Conceito.....	410
2.	Características.....	411
3.	Espécies de depósito.....	415
4.	Depósito voluntário.....	415
	4.1. Conceito e requisitos	415
	4.2. Natureza jurídica	417
5.	Obrigações do depositante.....	418
6.	Obrigações do depositário	419
7.	Depósito necessário	424
	7.1. Depósito legal	424
	7.2. Depósito miserável	425
	7.3. Depósito do hospedeiro	426
8.	Depósito irregular	428
9.	Ação de depósito.....	430
10.	Prisão do depositário infiel.....	432

CAPÍTULO X
DO MANDATO

1.	Conceito.....	435
2.	Características.....	437
3.	Mandato e representação	439
4.	Pessoas que podem outorgar procuração	441
5.	Pessoas que podem receber mandato.....	442

6. A procuração como instrumento do mandato. Requisitos e sub- tabelecimento	444
7. Espécies de mandato	446
8. Mandato especial e geral, e mandato em termos gerais e com poderes especiais	449
9. Mandato outorgado a duas ou mais pessoas	451
10. Aceitação do mandato	452
11. Ratificação do mandato	453
12. Obrigações do mandatário	454
13. Obrigações do mandante	460
14. Extinção do mandato	462
15. Irrevogabilidade do mandato	467
16. Mandato judicial	470

CAPÍTULO XI DA COMISSÃO

1. Origem histórica	474
2. Conceito e natureza jurídica	475
3. Remuneração do comissário	477
4. Características do contrato de comissão	479
5. Direitos e obrigações do comissário	481
6. Direitos e obrigações do comitente	485
7. Comissão “del credere”	486

CAPÍTULO XII DA AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica	488
2. Características do contrato de agência	489
3. Características do contrato de distribuição	491
4. Remuneração do agente	492
5. Direitos e obrigações das partes	494

CAPÍTULO XIII DA CORRETAGEM

1. Conceito	496
-------------------	-----

2. Natureza jurídica.....	497
3. Direitos e deveres do corretor.....	498
4. A remuneração do corretor.....	499

CAPÍTULO XIV DO TRANSPORTE

1. Introdução.....	505
2. Conceito de contrato de transporte.....	506
3. Natureza jurídica.....	507
4. Espécies de transporte.....	508
5. Disposições gerais aplicáveis às várias espécies de contrato de transporte.....	510
5.1. O caráter subsidiário da legislação especial, dos tratados e convenções internacionais.....	510
5.2. Transporte cumulativo e transporte sucessivo.....	513
6. O transporte de pessoas.....	514
7. O transporte de coisas.....	519
8. Direitos e deveres do transportador.....	523
9. Direitos e deveres do passageiro.....	525
10. O transporte gratuito.....	527

CAPÍTULO XV DO SEGURO

1. Conceito e características.....	530
2. Natureza jurídica.....	532
3. A apólice e o bilhete de seguro.....	533
4. O risco.....	534
5. Espécies de seguro.....	537
5.1. Seguro de dano.....	539
5.2. Seguro de pessoa.....	549
5.2.1. Seguro de vida.....	550
5.2.2. Seguro de vida em grupo.....	560
6. Obrigações do segurado.....	562
7. Obrigações do segurador.....	568
8. Prazos prescritivos.....	571

CAPÍTULO XVI
DA CONSTITUIÇÃO DE RENDA

1. Conceito.....	575
2. Natureza jurídica.....	576
3. Características.....	577
4. Regras aplicáveis	578
5. Extinção da constituição de renda	580

CAPÍTULO XVII
DO JOGO E DA APOSTA

1. Conceito e natureza jurídica	582
2. Espécies de jogo	584
3. Consequências jurídicas.....	585
4. Contratos diferenciais	588
5. A utilização do sorteio.....	589

CAPÍTULO XVIII
DA FIANÇA

1. Conceito.....	590
2. Natureza jurídica da fiança	591
3. Espécies de fiança.....	595
4. Requisitos subjetivos e objetivos	595
5. Efeitos da fiança.....	599
5.1. Benefício de ordem.....	600
5.2. Solidariedade dos cofiadores.....	601
6. Extinção da fiança.....	604

CAPÍTULO XIX
DA TRANSAÇÃO

1. Conceito.....	609
2. Elementos constitutivos	610
3. Natureza jurídica.....	611
4. Espécies de transação e sua forma.....	613
5. Principais características da transação.....	615
6. Objeto da transação.....	618

7. Efeitos em relação a terceiros.....	620
--	-----

CAPÍTULO XX

DO COMPROMISSO E DA ARBITRAGEM

1. Conceito.....	624
2. Natureza jurídica.....	627
3. Constitucionalidade da arbitragem.....	628
4. Cláusula compromissória e compromisso arbitral.....	629
5. Espécies de compromisso arbitral.....	631
6. Requisitos legais.....	631
7. Extinção do compromisso arbitral.....	632
8. Dos árbitros.....	632
9. Do procedimento arbitral.....	633
10. Da carta arbitral.....	634
11. Da sentença arbitral.....	635
12. Irrecorribilidade da decisão arbitral.....	636
13. Arbitragem e administração pública.....	637
14. Arbitragem e interrupção da prescrição.....	638
15. Mediação.....	638

Segunda Parte

DOS ATOS UNILATERAIS

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS ATOS UNILATERAIS

1. Os atos unilaterais como fontes de obrigações.....	640
2. A disciplina dos atos unilaterais no Código Civil de 2002.....	641

CAPÍTULO I

DA PROMESSA DE RECOMPENSA

1. Conceito e natureza jurídica.....	643
2. Requisitos.....	644
3. Exigibilidade da recompensa.....	646
4. Revogabilidade da promessa.....	647
5. Promessa formulada em concurso público.....	648

CAPÍTULO II DA GESTÃO DE NEGÓCIOS

1.	Conceito e pressupostos.....	649
2.	Obrigações do gestor do negócio.....	652
3.	●brigações do dono do negócio.....	653
4.	A ratificação do dono do negócio.....	655

CAPÍTULO III DO PAGAMENTO INDEVIDO

1.	Conceito.....	656
2.	Espécies de pagamento indevido.....	660
3.	“Accipiens” de boa e de má-fé.....	660
4.	Recebimento indevido de imóvel.....	661
5.	Pagamento indevido sem direito à repetição	663

CAPÍTULO IV DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

1.	Conceito.....	665
2.	A disciplina no Código Civil de 2002	666
3.	Requisitos da ação de “in rem verso”	667

CAPÍTULO V DOS TÍTULOS DE CRÉDITO

1.	A disciplina no Código Civil de 2002	670
2.	Conceito de título de crédito.....	671
3.	Princípios fundamentais.....	673
	3.1. Cartularidade	673
	3.2. Literalidade.....	674
	3.3. Autonomia	675
	3.3.1. Abstração	676
	3.3.2. Inoponibilidade	677
4.	Legislação aplicável.....	678
5.	Espécies de títulos de crédito.....	679
6.	Título ao portador	681

7. Título à ordem.....	683
7.1. Letra de câmbio.....	684
7.1.1. Institutos típicos do direito cambial.....	685
7.1.1.1. Aceite.....	686
7.1.1.2. Endosso.....	688
7.1.1.3. Aval.....	691
7.1.1.4. Protesto.....	694
7.1.2. Ação cambial.....	695
7.2. Nota promissória.....	697
7.3. Cheque.....	698
7.4. Duplicata.....	704
8. Título nominativo.....	708

Terceira Parte

DOS CONTRATOS ESPECIAIS

CAPÍTULO I DA EDIÇÃO

1. Noção de edição.....	709
2. Partes e objeto.....	712
3. Direitos e deveres do autor.....	713
4. Direitos e deveres do editor.....	714
5. Extinção do contrato de edição.....	715
6. Da representação dramática.....	716

CAPÍTULO II DOS CONTRATOS BANCÁRIOS

1. Conceito.....	719
2. Depósito bancário.....	719
2.1. Distinção entre depósito bancário e mútuo.....	720
2.2. Espécies de depósito bancário.....	721
2.2.1. Depósito em conta corrente.....	721
2.2.2. Cadernetas de poupança.....	722
2.2.3. Contas conjuntas.....	723

2.2.4. Juros e correção monetária.....	724
3. Abertura de crédito	725
4. Desconto bancário	726
5. Contrato de financiamento.....	727
6. Custódia de valores.....	728
7. Aluguel de cofre	728
8. Cartão de crédito.....	730

CAPÍTULO III DO ARRENDAMENTO MERCANTIL OU “LEASING”

1. Conceito e características	733
2. Espécies de arrendamento mercantil	736
3. Extinção do “leasing”	738
4. Aspectos processuais	738

CAPÍTULO IV DA FRANQUIA OU “FRANCHISING”

1. Conceito.....	741
2. Características.....	742
3. Elementos	743
4. Espécies de franquia	744
5. Extinção do “franchising”.....	744

CAPÍTULO V DA FATURIZAÇÃO OU “FACTORING”

1. Conceito.....	745
2. Características.....	746
3. Espécies de faturização.....	747
4. Extinção do “factoring”	748

CAPÍTULO VI DO CONTRATO DE RISCO OU “JOINT VENTURE”

1. Conceito.....	749
2. Características.....	750

CAPÍTULO VII
DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
OU “KNOW-HOW”

1. Introdução.....	751
2. Conceito.....	752
3. Modalidades.....	752
4. Natureza jurídica.....	753
5. Extinção.....	753

CAPÍTULO VIII
DO CONTRATO DE “ENGINEERING”

1. Conceito.....	755
2. Espécies e características.....	755

CAPÍTULO IX
DA COMERCIALIZAÇÃO DE PROGRAMA
DE COMPUTADOR (“SOFTWARE”)

1. Noção introdutória.....	758
2. Disciplina legal.....	758
3. Transações eletrônicas.....	759
<i>Bibliografia</i>	763

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de
Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e
Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

RESPONSABILIDADE CIVIL

4

18ª edição
2023

saraiva  jur


saraiva
 EDUCAÇÃO

saraiva JPA

 Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
 Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
 Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Liana Ganiko Brito

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
 Daniela Nogueira Secondo
 Camilla Felix Cianelli Chaves
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Deborah Mattos
 Lais Soriano
 Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto

Diagramação Adriana Aguiar

Revisão Daniela Georgeto

Capa Lais Soriano

Produção gráfica Mari Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Vox Gráfica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

G635d Gonçalves, Carlos Roberto

 Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil
 v.4 / Carlos Roberto Gonçalves – 18. ed – São
 Paulo: SaraivaJur, 2023.

576 p.

ISBN 978-65-5362-840-3 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito civil. I. Título.

2022-2863

 CDD 347
 CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil 347
 2. Direito civil 6347

Data de fechamento da edição: 3-10-2022

 Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
 qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva
 Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
 na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CDD. OBRA 15701

CL 807929

CAE 816331

ÍNDICE

LIVRO I

IDEIAS GERAIS SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL

1. As várias acepções da responsabilidade	1
2. Responsabilidade jurídica e responsabilidade moral	2
3. Distinção entre obrigação e responsabilidade	2
4. A importância do tema.....	3
5. Dever jurídico originário e sucessivo.....	5
6. A responsabilidade civil nos primeiros tempos e seu desenvolvimento	6
6.1. Direito romano	6
6.2. Direito francês	7
6.3. Direito português	8
6.4. Direito brasileiro.....	8
7. Fundamentos.....	11
8. Posicionamento na teoria geral do direito.....	12
9. Culpa e responsabilidade	14
10. Imputabilidade e responsabilidade	16
10.1. A responsabilidade dos amentais	16
10.1.1. Situação anterior ao Estatuto da Pessoa com Deficiência	16
10.1.2. Modificações introduzidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência	20
10.2. A responsabilidade dos menores.....	21

11. Espécies de responsabilidade.....	22
11.1. Responsabilidade civil e responsabilidade penal.....	22
11.2. Responsabilidade contratual e extracontratual.....	25
11.3. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva.....	28
11.4. Responsabilidade extracontratual por atos ilícitos e lícitos (fundada no risco e decorrente de fatos permitidos por lei).....	32
12. Pressupostos da responsabilidade civil.....	33

LIVRO II

ELEMENTOS ESSENCIAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Título I

AÇÃO OU OMISSÃO DO AGENTE

Capítulo I

RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL

CASOS ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE POR ATO PRÓPRIO

1. Ação ou omissão: infração a um dever.....	38
2. Ato praticado contra a honra da mulher.....	39
3. Calúnia, difamação e injúria.....	41
4. Demanda de pagamento de dívida não vencida ou já paga.....	44
5. Responsabilidade decorrente do abuso do direito.....	47
5.1. Princípio da boa-fé e da probidade.....	51
5.2. Proibição de <i>venire contra factum proprium</i>	51
5.3. <i>Suppressio, surrectio e tu quoque</i>	52
5.4. <i>Duty to mitigate the loss</i>	54
6. Responsabilidade decorrente do rompimento de noivado.....	55
7. Responsabilidade decorrente da ruptura de concubinato e de união estável.....	59
8. Responsabilidade civil entre cônjuges.....	64
9. Responsabilidade civil por dano ecológico ou ambiental.....	69
9.1. O direito ambiental.....	69

9.2. A responsabilidade civil por dano ecológico.....	71
9.3. A responsabilidade objetiva do poluidor e as excludentes do caso fortuito ou da força maior.....	73
9.4. Os instrumentos de tutela jurisdicional dos interesses difusos...	74
9.5. A reparação do dano ambiental	77
10. Violação do direito à própria imagem	84
11. A AIDS e a responsabilidade civil	89
12. Responsabilidade civil na Internet. <i>O Marco Civil da Internet</i> . O direito ao esquecimento.....	91
12.1. O comércio eletrônico.....	91
12.2. A responsabilidade civil nos meios eletrônicos.....	94
13. Responsabilidade civil por dano atômico	99

CASOS ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE POR ATO OU FATO DE TERCEIRO

14. Da presunção de culpa à responsabilidade independentemente de culpa	102
15. A responsabilidade solidária das pessoas designadas no art. 932 do Código Civil	105
16. Responsabilidade dos pais.....	107
17. Responsabilidade dos tutores e curadores	114
18. Responsabilidade dos empregadores ou comitentes pelos atos dos empregados, serviçais e prepostos	115
18.1. Conceito de empregado, serviçal e preposto	115
18.2. Responsabilidade presumida, <i>juris et de jure</i>	117
18.3. Requisitos para a configuração da responsabilidade do empregador ou comitente	119
19. Responsabilidade dos educadores	123
20. Responsabilidade dos hoteleiros e estalajadeiros	133
21. Responsabilidade dos que participaram no produto do crime.....	136
22. A ação regressiva daquele que paga a indenização, contra o causador do dano.....	136
22.1. Direito regressivo como consequência natural da responsabilidade indireta.....	136
22.2. Exceções à regra.....	137

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS EMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS E DAS EMPRESAS PELOS PRODUTOS POSTOS EM CIRCULAÇÃO

23. Cláusula geral de responsabilidade objetiva	140
24. Sintonia com a legislação consumerista	141

RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO

25. Evolução: da fase da irresponsabilidade à da responsabilidade objetiva ...	143
26. Responsabilidade civil da Administração Pública na Constituição Federal de 1988.....	146
27. Responsabilidade civil do Estado pelos atos omissivos de seus agentes ...	150
28. Sujeitos passivos da ação: Estado e funcionário.....	156
29. Denúnciação da lide ao funcionário ou agente público.....	158
30. Responsabilidade civil do Estado em acidentes de veículos	161
31. Culpa do funcionário, culpa anônima, deficiência ou falha do serviço público.....	163
32. Dano resultante de força maior.....	164
33. Culpa da vítima	166
34. Atividade regular do Estado, mas causadora de dano	166
35. Responsabilidade do Estado por atos judiciais	168
35.1. Atos judiciais em geral	168
35.2. Erro judiciário	171
36. Responsabilidade do Estado por atos legislativos	175
36.1. Danos causados por lei inconstitucional	175
36.2. Dano causado por lei constitucionalmente perfeita.....	175
36.3. Imunidade parlamentar	178

RESPONSABILIDADE PELO FATO DA COISA

37. A responsabilidade na guarda da coisa inanimada: origem, evolução e aplicação no direito brasileiro	179
38. Privação da guarda e responsabilidade.....	183
39. Responsabilidade pela ruína do edifício	185
39.1. A presunção de responsabilidade	185
39.2. Extensão da regra às benfeitorias incorporadas ao edifício	187
40. Responsabilidade resultante de coisas líquidas e sólidas (<i>effusis e dejectis</i>) que caírem em lugar indevido	188

41. Responsabilidade decorrente do exercício de atividade perigosa	191
41.1. O exercício de atividade perigosa como fundamento da responsabilidade civil	191
41.2. A inovação introduzida pelo parágrafo único do art. 927 do Código de 2002	193
42. Responsabilidade em caso de arrendamento e de parceria rural	195
43. Responsabilidade das empresas locadoras de veículos	196
44. Responsabilidade em caso de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	198
45. Responsabilidade em caso de alienação fiduciária	201

RESPONSABILIDADE PELO FATO OU GUARDA DE ANIMAIS

46. A responsabilidade objetiva do dono ou detentor do animal	203
47. As excludentes admitidas e a inversão do ônus da prova	206

Capítulo II RESPONSABILIDADE CONTRATUAL

A RESPONSABILIDADE DECORRENTE DOS TRANSPORTES

1. Introdução	207
2. Contrato de transporte. Disposições gerais	209
3. O transporte de pessoas	210
3.1. O transporte terrestre	213
3.2. O transporte aéreo	217
3.3. O transporte marítimo	222
4. O transporte de bagagem	223
5. O Código de Defesa do Consumidor e sua repercussão na responsabilidade civil do transportador	224
5.1. O fortuito e a força maior	224
5.2. Transporte aéreo e indenização tarifada	226
6. O transporte de coisas	227
7. O transporte gratuito	229

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS

8. Natureza jurídica do depósito bancário	234
9. Responsabilidade pelo pagamento de cheque falso	235

10. Responsabilidade dos bancos pela subtração de bens depositados em seus cofres	240
11. A responsabilidade dos bancos em face do Código de Defesa do Consumidor.....	244
11-A. Responsabilidade dos bancos pela segurança dos clientes	247

A RESPONSABILIDADE DOS MÉDICOS, CIRURGIÕES PLÁSTICOS E CIRURGIÕES-DENTISTAS

12. A responsabilidade dos médicos	250
13. Erro médico: erro profissional, erro de diagnóstico, iatrogenia	255
14. A responsabilidade dos cirurgiões plásticos.....	256
15. A responsabilidade do anestesista.....	259
16. A responsabilidade dos hospitais e dos laboratórios.....	261
17. Planos de saúde.....	262
18. A responsabilidade dos cirurgiões-dentistas.....	265

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADVOGADOS

19. Fundamento e configuração da responsabilidade	266
20. Responsabilidade pela perda de uma chance.....	269
21. Inviolabilidade profissional	271

RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

22. Aspectos gerais da responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor.....	273
23. A responsabilidade pelo fato do produto e do serviço	276
24. A responsabilidade por vício do produto e do serviço	277
25. As excludentes da responsabilidade civil.....	281

A RESPONSABILIDADE DOS EMPREITEIROS E CONSTRUTORES

26. Contrato de construção.....	283
27. Construção por empreitada	284
28. Construção por administração	285
29. A responsabilidade do construtor	286
30. Responsabilidade pela perfeição da obra.....	287

31. Responsabilidade pela solidez e segurança da obra.....	288
32. Responsabilidade pelos vícios redibitórios.....	289
33. Responsabilidade por danos a vizinhos e a terceiros	290
34. O contrato de construção como relação de consumo (Código de Defesa do Consumidor)	291

A RESPONSABILIDADE DOS DEPOSITÁRIOS E ENCARREGADOS DA GUARDA E VIGILÂNCIA DOS VEÍCULOS (ESTACIONAMENTOS, SUPERMERCADOS, RESTAURANTES, SHOPPING CENTERS ETC.)

35. Contrato de depósito, de guarda e análogos.....	293
36. A responsabilidade dos donos de estacionamentos e postos de gasolina...	294
37. A responsabilidade dos donos de oficinas mecânicas.....	296
38. A responsabilidade dos donos de restaurantes e hotéis.....	297
39. A responsabilidade das escolas e universidades	299
40. A responsabilidade dos donos de supermercados e <i>shopping centers</i> ...	299
41. A responsabilidade dos condomínios edilícios	303

ACIDENTE DE TRABALHO E RESPONSABILIDADE CIVIL

42. Indenização acidentária.....	303
43. Avanço representado pela Constituição Federal de 1988	304

A RESPONSABILIDADE DOS TABELIÃES

44. A disciplina na Constituição Federal de 1988.....	306
45. Responsabilidade objetiva do Estado e subjetiva do tabelião.....	308

Título II DA CULPA

Capítulo I CONCEITO

1. Culpa <i>lato sensu</i> . Elementos da culpa.....	313
1.1. O dever de cuidado.....	315
1.2. Previsão e previsibilidade	315
1.3. Imprudência, negligência e imperícia	316
1.4. Espécies.....	317

1.4.1. Culpa grave, leve e levíssima.....	317
1.4.2. Culpa contratual e extracontratual.....	318
1.4.3. Culpa <i>in eligendo, in vigilando e in custodiendo</i> ; culpa <i>in comittendo e in omittendo</i>	319
1.4.4. Culpa presumida.....	319
1.4.5. Culpa contra a legalidade.....	320
1.4.6. Culpa exclusiva e culpa concorrente.....	322
2. Culpa e risco.....	323

Capítulo II A CULPA NO CÍVEL E NO CRIME

1. Unidade da jurisdição e interação civil e penal.....	327
2. A sentença condenatória proferida no juízo criminal.....	332
2.1. Fundamentos legais.....	332
2.2. Medidas processuais adequadas.....	335
2.3. Competência.....	337
2.4. Legitimidade ativa e passiva.....	338
3. A sentença absolutória proferida no crime.....	340
4. Efeitos da coisa julgada civil na esfera criminal.....	343
5. Suspensão do curso da ação civil.....	344

Título III DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE

1. O liame da causalidade.....	347
2. A pesquisa do nexu causal.....	348
3. A negação do liame da causalidade: as excludentes da responsabilidade..	351

Título IV DO DANO E SUA LIQUIDAÇÃO

Capítulo I DO DANO INDENIZÁVEL

1. Conceito e requisitos do dano.....	353
2. Espécies de dano.....	355

3. Pessoas obrigadas a reparar o dano	357
---	-----

O DANO MATERIAL

4. Titulares da ação de ressarcimento do dano material	360
4.1. O lesado e os dependentes econômicos (cônjuge, descendentes, ascendentes, irmãos).....	360
4.2. Os companheiros.....	361
5. Perdas e danos: o dano emergente e o lucro cessante.....	362
6. A influência de outros elementos.....	363
6.1. Cumulação da pensão indenizatória com a de natureza previdenciária.....	363
6.2. Dedução do seguro obrigatório.....	364
7. Alteração da situação e dos valores.....	365
7.1. A correção monetária	365
7.2. A garantia do pagamento futuro das prestações mensais	368
7.3. Prisão civil do devedor. Natureza da obrigação alimentar	370
7.4. Atualização e revisão das pensões.....	371
7.5. A incidência dos juros. Juros simples e compostos	373
7.6. O cálculo da verba honorária	374

O DANO MORAL

8. Conceito.....	376
9. Bens lesados e configuração do dano moral	377
10. Titulares da ação de reparação do dano moral, por danos diretos e indiretos.....	379
10.1. Ofendido, cônjuge, companheiro, membros da família, noivos, sócios etc.	379
10.2. Incapazes (menores impúberes, amentais, nascituros, portadores de arteriosclerose etc.)	381
10.3. A pessoa jurídica.....	385
11. Características dos direitos da personalidade. A intransmissibilidade e a imprescritibilidade	385
12. A prova do dano moral.....	387
13. Objeções à reparação do dano moral	388
14. Evolução da reparabilidade do dano moral em caso de morte de filho menor.....	389

15. A reparação do dano moral e a Constituição Federal de 1988.....	390
16. Cumulação da reparação do dano moral com o dano material.....	392
17. Natureza jurídica da reparação	392
18. A quantificação do dano moral.....	394
18.1. Tarifação e arbitramento	395
18.2. Critérios para o arbitramento da reparação, na Justiça Comum e na Justiça do Trabalho	396
18.3. Fixação do <i>quantum</i> do dano moral vinculada ao salário mínimo...	405
19. Valor da causa na ação de reparação do dano moral.....	406
20. Antecipação da tutela nas ações de reparação do dano moral.....	406
21. Dano moral e culpa contratual.....	410
22. Dano moral no direito do trabalho.....	412
23. Assédio sexual e dano moral	414
24. Assédio moral.....	415
25. Adultério e separação judicial	416
26. Dano moral por falta de afeto, abandono e rejeição dos filhos	417
27. Apresentação de cheque antes da data convencionada	421
28. Atraso na entrega de imóvel comprado na planta	422
29. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça relativas ao dano moral	423
30. Indenização por danos morais à vítima, paga pelo motorista que provoca acidente.....	425
31. Arbitramento de dano moral à vítima de violência doméstica	426

Capítulo II DA LIQUIDAÇÃO DO DANO

PRINCÍPIOS GERAIS

1. O grau de culpa e sua influência na fixação da indenização.....	427
2. Decisão por equidade, em caso de culpa leve ou levíssima.....	428
3. Culpa exclusiva da vítima.....	430
4. Culpa concorrente.....	430
5. A liquidação por arbitramento.....	431
6. A liquidação pelo procedimento comum	432
7. Modos de reparação do dano.....	432
7.1. A reparação específica	432

7.2. A reparação por equivalente em dinheiro.....	433
---	-----

A LIQUIDAÇÃO DO DANO EM FACE DO DIREITO POSITIVO, DA DOCTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA

8. Indenização em caso de homicídio.....	434
8.1. Morte de filho menor	436
8.2. Morte de chefe de família	438
8.3. Morte de esposa ou companheira.....	440
8.4. Cálculo da indenização. O método bifásico para a quantificação do dano moral.....	441
9. Indenização em caso de lesão corporal.....	444
9.1. Lesão corporal de natureza leve	444
9.2. Lesão corporal de natureza grave	445
9.3. Dano estético.....	446
9.4. Inabilitação para o trabalho.....	447
9.4.1. A indenização devida	447
9.4.2. A situação dos aposentados e idosos que não exercem atividade laborativa.....	449
9.4.3. A duração da pensão e sua cumulação com os benefícios previdenciários.....	450
9.4.4. O pagamento de pensão a menores que ainda não exer- cem atividade laborativa.....	451
9.4.5. Arbitramento e pagamento por verba única.....	452
10. Homicídio e lesão corporal provocados no exercício de atividade profissional.....	452
11. A responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais	453
12. Indenização em caso de usurpação ou esbulho de coisa alheia. O valor de afeição.....	455
13. Indenização por ofensa à liberdade pessoal	457

LIVRO II

OS MEIOS DE DEFESA OU AS EXCLUDENTES DA ILICITUDE

1. O estado de necessidade	461
----------------------------------	-----

2. A legítima defesa, o exercício regular de um direito e o estrito cumprimento do dever legal.....	464
3. A culpa exclusiva da vítima.....	466
4. O fato de terceiro.....	469
4.1. O causador direto do dano e o ato de terceiro.....	469
4.2. O fato de terceiro e a responsabilidade contratual do transportador.....	470
4.3. O fato de terceiro em casos de responsabilidade aquiliana.....	471
4.4. Fato de terceiro e denúncia da lide.....	472
5. Caso fortuito e força maior.....	475
6. Cláusula de irresponsabilidade ou de não indenizar.....	478
7. A prescrição.....	481

LIVRO IV

RESPONSABILIDADE CIVIL AUTOMOBILÍSTICA

Título I INTRODUÇÃO

1. Novos rumos da responsabilidade civil automobilística.....	485
2. Da culpa ao risco.....	486
3. O Código de Trânsito Brasileiro.....	490

Título II AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS

1. A propositura da ação.....	495
2. Apuração dos danos em execução de sentença.....	496
3. Coisa julgada.....	496
4. Foro competente.....	498

Título III ASPECTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL AUTOMOBILÍSTICA

1. Atropelamento.....	501
2. Boletim de ocorrência.....	504

3. Colisão	506
3.1. Colisão com veículo estacionado irregularmente.....	506
3.2. Colisão com veículo estacionado regularmente.....	507
3.3. Colisão em cruzamento não sinalizado	508
3.4. Colisão em cruzamento sinalizado	510
3.5. Colisão e preferência de fato	513
3.6. Colisão e sinal (semáforo) amarelo	515
3.7. Colisão múltipla (engavetamento)	516
3.8. Colisão na traseira	517
4. Contramão de direção.....	520
5. Conversão à esquerda e à direita	522
6. Faixa de pedestres.....	525
7. Imperícia	527
8. Imprudência	528
9. Marcha à ré.....	530
10. Ônus da prova	531
11. Propriedade do veículo	533
12. Prova	536
12.1. Considerações gerais	536
12.2. Espécies e valor das provas (testemunhal, documental e pericial)...	538
13. Ultrapassagem	540
<i>Bibliografia</i>	543

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de
Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e
Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

DIREITO DAS COISAS

5

18ª edição
2023

saraiva  jur

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva**Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Mattos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Fior de Souza
 Dailia Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Liana Ganiko Brito

Design e Produção Daniele Debora de Souza (coord.)
 Daniela Nogueira Secondo

Camilla Felix Cianelli Chaves
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Deborah Mattos
 Lais Soriano
 Tiago Deia Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emilly Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto

Diagramação Rafael Cancio Padovan

Revisão Rita Sorrocha

Capa Lais Soriano

Produção gráfica Maril Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Vox Gráfica

ISBN 978-85-5360-765-5 OBRA COMPLETA
 DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
 VAGNER RODOLFO DA SILVA - CFB-2/3410

G635d Gonçalves, Carlos Roberto

Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas v. 5 /
Carlos Roberto Gonçalves. - 18. ed. - São Paulo :
SaraivaJur, 2023.
632 p.

ISBN: 978-85-5362-839-7 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito civil. I. Título.

2022-2665

CDD 347

CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil	347
2. Direito civil	347

Data de fechamento da edição: 5-10-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
 qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva
 Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
 na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CDD. OBRA	14192	CL	007931	CAE	816333
-----------	-------	----	--------	-----	--------

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1. Direito das coisas.....	1
1.1. Conceito.....	1
1.2. Evolução histórica.....	2
1.3. Conteúdo.....	5
2. Direitos reais e pessoais.....	7
2.1. Caracteres distintivos.....	10
2.2. Princípios fundamentais dos direitos reais.....	11
3. Figuras híbridas ou intermédias.....	18
3.1. Obrigações <i>propter rem</i>	19
3.2. Ônus reais.....	21
3.3. Obrigações com eficácia real.....	22

Título I DA POSSE

Capítulo I NOÇÕES GERAIS SOBRE A POSSE

1. Introdução ao estudo da posse.....	23
1.1. As dificuldades do estudo do tema.....	23
1.2. Fundamento da posse. <i>Jus possessionis</i> e <i>jus possidendi</i>	24
2. Origem histórica da posse.....	26
3. Teorias sobre a posse.....	27
3.1. Teoria subjetiva de Savigny.....	27

3.2. Teoria objetiva de Ihering	29
3.3. Teorias sociológicas.....	34
4. Conceito de posse	36
5. Posse e detenção.....	39
6. Posse e quase posse.....	43
7. O objeto da posse e a posse dos direitos pessoais.....	44
8. Natureza jurídica da posse.....	48

Capítulo II CLASSIFICAÇÃO DA POSSE

1. Espécies de posse.....	54
2. Posse direta e posse indireta.....	55
3. Posse exclusiva, composses e posses paralelas	58
4. Posse justa e posse injusta.....	61
5. Posse de boa-fé e posse de má-fé.....	68
6. Posse nova e posse velha	75
7. Posse natural e posse civil ou jurídica	77
8. Posse <i>ad interdicta</i> e posse <i>ad usucapionem</i>	77
9. Posse <i>pro diviso</i> e posse <i>pro indiviso</i>	78

Capítulo III DA AQUISIÇÃO E PERDA DA POSSE

1. Introdução.....	79
2. Modos de aquisição da posse.....	80
2.1. Modos originários de aquisição da posse.....	81
2.1.1. Apreensão da coisa	82
2.1.2. Exercício do direito	83
2.1.3. Disposição da coisa ou do direito	83
2.2. Modos derivados de aquisição da posse.....	84
2.2.1. Tradição	84
2.2.2. Sucessão na posse.....	86
3. Quem pode adquirir a posse	89
4. Perda da posse	92
5. Recuperação de coisas móveis e títulos ao portador.....	95
6. Perda da posse para o ausente.....	97

Capítulo IV DOS EFEITOS DA POSSE

1.	Tutela da posse	99
1.1.	Introdução	99
1.2.	A proteção possessória	100
2.	Ações possessórias em sentido estrito	102
2.1.	Legitimação ativa e passiva	102
2.2.	Conversão de ação possessória em ação de indenização	105
3.	Ações possessórias na técnica do Código de Processo Civil	106
3.1.	A fungibilidade dos interditos	106
3.2.	Cumulação de pedidos	108
3.3.	Caráter dúplice das ações possessórias	108
3.4.	Distinção entre juízo possessório e juízo petitário. A exceção de domínio	111
3.5.	Procedimento: ação de força nova e ação de força velha. Ação possessória relativa a coisa móvel	112
3.6.	A exigência de prestação de caução	113

Capítulo V DA MANUTENÇÃO E DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE

1.	Características e requisitos	116
1.1.	Introdução	116
1.2.	Posse	117
1.3.	Turbação	119
1.4.	Esubulho	120
1.5.	Data da turbação ou do esbulho	122
1.6.	Continuação ou perda da posse	124
2.	O procedimento	124
2.1.	A petição inicial	124
2.2.	Da liminar	126
2.2.1.	Concessão de liminar contra pessoa jurídica de direito público	130
2.2.2.	Recurso cabível	131
2.2.3.	Execução da decisão concessiva de liminar	132
2.3.	Contestação e procedimento comum	133

3. Execução da sentença	134
4. Embargos do executado e de retenção por benfeitorias	134
5. Embargos de terceiro	135

Capítulo VI DO INTERDITO PROIBITÓRIO

1. Características e requisitos	137
2. Cominação de pena pecuniária	139

Capítulo VII AÇÕES AFINS AOS INTERDITOS POSSESSÓRIOS

1. Ação de imissão na posse	141
1.1. Características e natureza jurídica	141
1.2. Imissão na posse e reivindicatória	144
2. Ação de nunciação de obra nova	146
2.1. Conteúdo e pressupostos	146
2.2. Legitimidade para a ação	151
3. Embargos de terceiro	151
3.1. Introdução	151
3.2. Pressupostos.....	153
3.3. Parte equiparada a terceiro	155
3.4. Legitimidade ativa e passiva. A legitimidade ativa do cônjuge	156
3.5. Caso especial: embargos do credor com garantia real	160
3.6. Fraude contra credores e fraude à execução	162
3.7. Procedimento.....	163

Capítulo VIII OS DEMAIS EFEITOS DA POSSE

1. A percepção dos frutos	166
1.1. Introdução	166
1.2. Noção e espécies de frutos	167
1.3. Regras da restituição (CC, arts. 1.214 a 1.216)	168
2. A responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	170

3.	A indenização das benfeitorias e o direito de retenção	171
3.1.	O possuidor e os melhoramentos que realizou na coisa	171
3.2.	Regras da indenização das benfeitorias (CC, arts. 1.219 a 1.222)	173
3.3.	Direito de retenção: conceito, fundamento, natureza jurídica e modo de exercício	175

Título II DOS DIREITOS REAIS

Capítulo Único DISPOSIÇÕES GERAIS

1.	Conceito	178
2.	Espécies	181
3.	Aquisição dos direitos reais	183

Título III DA PROPRIEDADE

Capítulo I DA PROPRIEDADE EM GERAL

1.	Conceito	186
2.	Elementos constitutivos da propriedade	188
3.	Ação reivindicatória	189
3.1.	Pressupostos e natureza jurídica	189
3.2.	Objeto da ação reivindicatória	193
3.3.	Legitimidade ativa e passiva	194
4.	Outros meios de defesa da propriedade	196
4.1.	Ação negatória	196
4.2.	Ação de dano infecto	197
5.	Caracteres da propriedade	199
6.	Evolução do direito de propriedade. Função social da propriedade ...	200
7.	Restrições ao direito de propriedade	201
8.	Fundamento jurídico da propriedade	203
9.	Da descoberta	206

Capítulo II

DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL

1.	Introdução.....	209
2.	Modos de aquisição	210

DA USUCAPIÃO

3.	Conceito e fundamento	212
4.	Espécies	215
4.1.	Usucapião extraordinária.....	215
4.2.	Usucapião ordinária.....	216
4.3.	Usucapião especial.....	217
4.3.1.	Usucapião especial rural	217
4.3.2.	Usucapião especial urbana	219
4.3.2.1.	Usucapião urbana individual do Estatuto da Cidade	222
4.3.2.2.	Usucapião urbana coletiva do Estatuto da Cidade	224
4.3.2.3.	Usucapião imobiliária administrativa.....	228
4.3.3.	Usucapião familiar	230
4.4.	Usucapião indígena.....	232
4.5.	Usucapião extrajudicial.....	233
5.	Pressupostos da usucapião.....	235
5.1.	Coisa hábil.....	235
5.2.	Posse	240
5.3.	Tempo	245
5.4.	Justo título	246
5.5.	Boa-fé.....	249
6.	Ação de usucapião.....	252

DA AQUISIÇÃO PELO REGISTRO DO TÍTULO

7.	Do registro do título	257
8.	Princípios que regem o registro de imóveis	259
8.1.	Princípio da publicidade.....	259
8.2.	Princípio da força probante (fé pública) ou presunção.....	259
8.3.	Princípio da legalidade.....	261

8.4. Princípio da territorialidade.....	263
8.5. Princípio da continuidade.....	263
8.6. Princípio da prioridade.....	264
8.7. Princípio da especialidade.....	264
8.8. Princípio da instância.....	265
9. Matrícula, registro e averbação.....	266
10. Livros obrigatórios.....	267
11. Retificação do registro.....	268

DA AQUISIÇÃO POR ACESSÃO

12. Conceito e formas de acessão.....	270
13. Acessões físicas ou naturais.....	271
13.1. Acessão pela formação de ilhas.....	271
13.2. Aluvião.....	272
13.3. Avulsão.....	273
13.4. Álveo abandonado.....	274
14. Acessões industriais: construções e plantações.....	275

Capítulo III

DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL

1. Introdução.....	279
2. Da usucapião.....	279
3. Da ocupação.....	281
4. Do achado do tesouro.....	281
5. Da tradição.....	282
6. Da especificação.....	284
7. Da confusão, da comistão e da adjunção.....	285

Capítulo IV

DA PERDA DA PROPRIEDADE

1. Introdução.....	286
2. Modos de perda.....	287
2.1. Perda pela alienação.....	287
2.2. Perda pela renúncia.....	287

2.3.	Perda pelo abandono.....	287
2.4.	Perda pelo perecimento da coisa.....	288
2.5.	Perda da propriedade mediante desapropriação	288
2.5.1.	Fundamento jurídico	288
2.5.2.	Pressupostos para a desapropriação.....	291
2.5.3.	Objeto da desapropriação.....	293
2.5.4.	Processo de desapropriação.....	295
2.5.5.	Montante da indenização.....	297
2.5.6.	Retrocessão	300

Capítulo V DOS DIREITOS DE VIZINHANÇA

1.	Introdução.....	302
2.	Do uso anormal da propriedade.....	304
2.1.	Espécies de atos nocivos.....	304
2.2.	Soluções para a composição dos conflitos.....	307
3.	Das árvores limítrofes.....	310
4.	Da passagem forçada.....	312
5.	Da passagem de cabos e tubulações.....	314
6.	Das águas.....	315
7.	Dos limites entre prédios e do direito de tapagem	319
8.	Do direito de construir.....	322
8.1.	Limitações e responsabilidades.....	322
8.2.	Devassamento da propriedade vizinha.....	324
8.3.	Águas e beirais.....	327
8.4.	Paredes divisórias.....	328
8.5.	Do uso do prédio vizinho.....	330

Capítulo VI DO CONDOMÍNIO GERAL

1.	Do condomínio voluntário.....	332
1.1.	Conceito e espécies. O condomínio fechado ou condomínio de lotes.....	332
1.2.	Direitos e deveres dos condôminos.....	337

1.3. Extinção do condomínio	341
1.4. Administração do condomínio	345
2. Do condomínio necessário	346

Capítulo VII DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO

1. Considerações iniciais	348
2. Natureza jurídica	349
3. Instituição e constituição do condomínio.....	351
4. Estrutura interna do condomínio	356
5. Direitos e deveres dos condôminos.....	359
5.1. Deveres dos condôminos	359
5.2. Direitos dos condôminos	376
6. Da administração do condomínio em edificações.....	378
7. Da extinção do condomínio edilício	384
8. Do condomínio de lotes.....	386
9. Do condomínio em multipropriedade.....	388

Capítulo VIII DA PROPRIEDADE RESOLÚVEL

1. Conceito	390
2. Natureza jurídica	390
3. Causas de resolução da propriedade	391
3.1. Resolução pelo implemento da condição ou pelo advento do termo	391
3.2. Resolução por causa superveniente.....	392

Capítulo IX DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA

1. Conceito	394
2. Modos de constituição	398
3. Direitos e obrigações do fiduciante	400
4. Direitos e obrigações do fiduciário	401
5. Pacto comissório.....	402
6. Procedimento no caso de inadimplemento do contrato	402

Título IV DA SUPERFÍCIE

1.	Conceito	406
2.	Modos de constituição	411
3.	Transferência do direito de superfície	413
4.	Extinção do direito de superfície.....	414

Título V DAS SERVIDÕES

1.	Conceito	416
2.	Características das servidões	418
3.	Classificação das servidões	421
4.	Modos de constituição	422
4.1.	Servidão constituída por ato humano	423
4.1.1.	Negócio jurídico <i>causa mortis</i> ou <i>inter vivos</i>	423
4.1.2.	Sentença proferida em ação de divisão	423
4.1.3.	Usucapião	424
4.1.4.	Destinação do proprietário	425
4.2.	Servidão constituída por fato humano	426
5.	Regulamentação das servidões	427
5.1.	Obras necessárias à sua conservação e uso	427
5.2.	Exercício das servidões	429
5.3.	Remoção da servidão	430
6.	Ações que protegem as servidões	432
7.	Extinção das servidões	433

Título VI DO USUFRUTO

1.	Conceito	437
2.	Características do usufruto	439
3.	Modos de constituição	441
4.	Coisas objeto de usufruto	443
5.	Analogias com o fideicomisso, a enfiteuse e a locação.....	444
6.	Espécies de usufruto	445

7. Dos direitos do usufrutuário.....	447
8. Modalidades peculiares de usufruto.....	451
8.1. Usufruto dos títulos de crédito.....	451
8.2. Usufruto de um rebanho.....	452
8.3. Usufruto de bens consumíveis (quase usufruto).....	453
8.4. Usufruto de florestas e minas.....	454
8.5. Usufruto sobre universalidade ou quota-parte.....	455
9. Dos deveres do usufrutuário.....	456
9.1. Obrigações anteriores ao usufruto.....	456
9.2. Obrigações simultâneas ao usufruto.....	457
9.3. Obrigações posteriores ao usufruto.....	459
10. Da extinção do usufruto.....	459

Título VII

DO USO

1. Conceito e características.....	463
2. Objeto do uso.....	465
3. Necessidades pessoais e da família do usuário.....	465
4. Modos de extinção do uso.....	466

Título VIII

DA HABITAÇÃO

1. Conceito.....	467
2. Regulamentação legal.....	468

Título IX

DO DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR

1. Conceito e características.....	472
2. Evolução da promessa de compra e venda no direito brasileiro.....	474
3. A disciplina do direito do promitente comprador no Código Civil de 2002...	476

Título X

DA CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA

1. Conceito.....	484
------------------	-----

2. Regulamentação legal.....	484
------------------------------	-----

**Título XI
DA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO**

1. Conceito.....	487
2. Regulamentação legal.....	487

**Título XII
DA LAJE**

1. Conceito.....	489
2. Regulamentação legal.....	490

**Título XIII
DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA
(DO PENHOR, DA HIPOTECA E DA ANTICRESE)**

**Capítulo I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. Conceito e características.....	493
2. Requisitos dos direitos reais de garantia.....	497
2.1. Requisitos subjetivos.....	497
2.2. Requisitos objetivos.....	501
2.3. Requisitos formais.....	502
3. Efeitos dos direitos reais de garantia.....	503
3.1. Direito de preferência.....	503
3.2. Direito de sequela.....	506
3.3. Direito de excussão.....	507
3.4. Indivisibilidade.....	507
4. Vencimento antecipado da dívida.....	509
5. Garantia real outorgada por terceiro.....	513
6. Cláusula comissória.....	514
7. Responsabilidade do devedor pelo remanescente da dívida.....	515

Capítulo II DO PENHOR

1.	Conceito.....	517
2.	Características.....	518
3.	Objeto do penhor.....	519
4.	Forma.....	521
5.	Direitos do credor pignoratício.....	521
6.	Obrigações do credor pignoratício.....	525
7.	Direitos e obrigações do devedor pignoratício.....	526
8.	Espécies de penhor.....	527
8.1.	Penhor rural.....	527
8.1.1.	Introdução.....	527
8.1.2.	Penhor agrícola.....	531
8.1.3.	Penhor pecuário.....	532
8.2.	Penhor industrial e mercantil.....	534
8.3.	Penhor de direitos e títulos de crédito.....	536
8.4.	Penhor de veículos.....	543
8.5.	Penhor legal.....	545
9.	Extinção do penhor.....	550

Capítulo III DA HIPOTECA

1.	Conceito.....	553
2.	Características.....	554
3.	Requisitos jurídicos da hipoteca.....	556
3.1.	Requisito objetivo. Hipoteca naval, aérea, de vias férreas e de recursos naturais.....	556
3.2.	Requisito subjetivo.....	564
3.3.	Requisito formal: título, especialização, registro.....	565
4.	Espécies de hipoteca.....	571
4.1.	Hipoteca convencional.....	571
4.2.	Hipoteca legal.....	571
4.3.	Hipoteca judicial.....	574
5.	Pluralidade de hipotecas.....	576

6. Efeitos da hipoteca	578
6.1. Efeitos em relação a o devedor	579
6.2. Efeitos em relação ao credor	580
6.3. Efeitos em relação a terceiros.....	580
7. Direito de remição.....	581
8. Perempção da hipoteca	584
9. Prefixação do valor do imóvel hipotecado para fins de arrematação, adjudicação e remição	586
10. Hipotecas constituídas no período suspeito da falência.....	587
11. Instituição de loteamento ou condomínio no imóvel hipotecado	588
12. Cédula hipotecária	591
13. Execução da dívida hipotecária	591
14. Extinção da hipoteca	593

Capítulo IV DA ANTICRESE

1. Conceito.....	597
2. Características	598
3. Efeitos da anticrese.....	599
4. Modos de extinção da anticrese	600

Título XIV DA ENFITEUSE

1. Conceito.....	601
2. Objeto da enfiteuse.....	602
3. Características da enfiteuse	602
4. Extinção da enfiteuse.....	603
Bibliografia	605

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).

Direito Civil BRASILEIRO

6

DIREITO
DE FAMÍLIA

18ª edição

2021

saraiva  jur

ISBN 978-85-536-0765-5 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057saraiva Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100**SAC** | sac.sets@somoseduacao.com.br

Gonçalves, Carlos Roberto

Direito civil brasileiro – volume 6 : direito de família / Carlos Roberto Gonçalves. – 18. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

744 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-5559-020-3 (impresso)

1. Direito de família. I. Título.

20-0471

CDD 340
CDU 346.015

Índice para catálogo sistemático:

1. Família - Direito civil

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Muller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteado
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dátila Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Aline Darcy Flor De Souza
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraíso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicoly Wasconcelos Razuk
Diagramação e revisão	Know-How Editorial
Capa	IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Edições Loyola

Data de fechamento da edição: 13-10-2020Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL | 606732 | CAE

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO ÚNICO DIREITO DE FAMÍLIA

1. Noção de direito de família.....	17
2. Conteúdo do direito de família	18
3. Princípios do direito de família.....	21
4. Natureza jurídica do direito de família	25
5. Família e casamento.....	28
6. Evolução histórica do direito de família	31
7. O direito de família na Constituição de 1988 e no Código Civil de 2002.....	32

DO DIREITO PESSOAL

TÍTULO I DO CASAMENTO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Conceito.....	36
2. Natureza jurídica.....	40
3. Caracteres do casamento.....	42
4. Finalidades do casamento.....	45

CAPÍTULO II
DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO
PARA O CASAMENTO

1. Da capacidade para o casamento	48
1.1. Requisitos gerais e específicos	50
1.2. Suprimento judicial de idade	53
1.3. Suprimento judicial do consentimento dos representantes legais	54
2. O procedimento para a habilitação	56
2.1. Documentos necessários	57
2.1.1. Certidão de nascimento ou documento equivalente	60
2.1.2. Autorização das pessoas sob cuja dependência legal estiverem, ou ato judicial que a supra	61
2.1.3. Declaração de duas pessoas maiores, parentes ou não, que atestem conhecer os nubentes e afirmem não existir impedimento	64
2.1.4. Declaração do estado civil, do domicílio e da re- sidência dos contraentes e de seus pais, se forem conhecidos	64
2.1.5. Certidão de óbito do cônjuge falecido, da anulação do casamento anterior ou do registro da sentença de divórcio	65

CAPÍTULO III
DOS IMPEDIMENTOS

1. Conceito e espécies	66
2. Impedimentos resultantes do parentesco (consanguinidade, afi- nidade e adoção)	68
2.1. A consanguinidade.....	68
2.2. A afinidade.....	72
2.3. A adoção	73
3. Impedimento resultante de casamento anterior	74
4. Impedimento decorrente de crime	78

CAPÍTULO IV
DAS CAUSAS SUSPENSIVAS

1. Introdução	82
---------------------	----

2. Confusão de patrimônios	83
3. Divórcio	85
4. Confusão de sangue (<i>turbatio sanguinis</i>)	86
5. Tutela e curatela	87
6. Observações finais	88

CAPÍTULO V DA OPOSIÇÃO DOS IMPEDIMENTOS E DAS CAUSAS SUSPENSIVAS

1. Da oposição dos impedimentos	89
1.1. Pessoas legitimadas	89
1.2. Momento da oposição dos impedimentos.....	90
1.3. Forma da oposição	91
2. Da oposição das causas suspensivas	93
2.1. Pessoas legitimadas	93
2.2. Momento da oposição das causas suspensivas	94
2.3. Forma da oposição	95

CAPÍTULO VI DA CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO

1. Formalidades.....	96
2. Momento da celebração	99
3. Suspensão da cerimônia.....	101
4. Assento do casamento no livro de registro	102
5. Casamento por procuração	105

CAPÍTULO VII DAS PROVAS DO CASAMENTO

1. Introdução	110
2. Prova específica: certidão do registro	111
3. Posse do estado de casados: conceito e elementos	112
3.1. Validade como prova do casamento de pessoas falecidas ou que não possam manifestar vontade	114
3.2. Importância na solução da dúvida entre as provas favoráveis e contrárias à existência do casamento	115
4. Prova do casamento celebrado no exterior	116
5. Casamento cuja prova resultar de processo judicial	119

CAPÍTULO VIII ESPÉCIES DE CASAMENTO VÁLIDO

1.	Casamento válido.....	120
2.	Casamento putativo.....	121
2.1.	Conceito.....	121
2.2.	Efeitos.....	124
3.	Casamento nuncupativo e em caso de moléstia grave.....	128
4.	Casamento religioso com efeitos civis.....	132
4.1.	Retrospectiva histórica.....	132
4.2.	Regulamentação atual.....	134
5.	Casamento consular.....	136
6.	Conversão da união estável em casamento.....	137

CAPÍTULO IX DA INEXISTÊNCIA E DA INVALIDIDADE DO CASAMENTO

1.	Casamento inexistente	138
1.1.	Diversidade de sexos.....	140
1.2.	Falta de consentimento	144
1.3.	Ausência de celebração na forma da lei	144
2.	Casamento inválido.....	146
2.1.	Casamento e a teoria das nulidades	146
2.2.	Casamento nulo	149
2.2.1.	Casos de nulidade	149
2.2.2.	Pessoas legitimadas a arguir a nulidade.....	151
2.2.3.	Ação declaratória de nulidade	152
2.3.	Casamento anulável.....	154
2.3.1.	Defeito de idade.....	156
2.3.2.	Falta de autorização do representante legal	159
2.3.3.	Erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge	159
2.3.3.1.	Erro sobre a identidade do outro cônjuge, sua honra e boa fama.....	162
2.3.3.2.	Ignorância de crime ultrajante.....	166
2.3.3.3.	Ignorância de defeito físico irremediável ou de moléstia grave.....	167
2.3.4.	Vício da vontade determinado pela coação	169
2.3.5.	Incapacidade de manifestação do consentimento...	171

2.3.6. Realização por mandatário, estando revogado o mandato	172
2.3.7. Celebração por autoridade incompetente	174
3. Casamento irregular.....	174

CAPÍTULO X DA EFICÁCIA JURÍDICA DO CASAMENTO

1. Efeitos jurídicos do casamento	176
1.1. Efeitos sociais	177
1.2. Efeitos pessoais.....	179
1.3. Efeitos patrimoniais	182
2. Deveres recíprocos dos cônjuges.....	186
2.1. Fidelidade recíproca.....	186
2.2. Vida em comum, no domicílio conjugal.....	187
2.3. Mútua assistência.....	189
2.4. Sustento, guarda e educação dos filhos	190
2.5. Respeito e consideração mútuos.....	191
3. Direitos e deveres de cada cônjuge.....	193
4. O exercício de atividade empresária pelos cônjuges	195

CAPÍTULO XI DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL

1. Distinção entre sociedade conjugal e vínculo matrimonial	197
2. Inovação introduzida pela Emenda Constitucional n. 66/2010 ...	198
2.1. Breve esboço histórico.....	199
2.2. Extinção das causas subjetivas e objetivas da dissolução do casamento	201
3. Causas terminativas da sociedade e do vínculo conjugal	203
4. Morte de um dos cônjuges. Morte real e morte presumida	203
5. Nulidade ou anulação do casamento.....	207
6. Separação judicial e extrajudicial	209
6.1. Separação de direito ocorrida antes do advento da Emenda Constitucional n. 66/2010.....	209
6.2. Modalidades de divórcio.....	209
6.3. Efeitos decorrentes da “PEC do Divórcio”.....	210
6.4. Espécies e efeitos da separação judicial e extrajudicial.....	210

6.5. Caráter pessoal da ação.....	211
6.6. Tentativa de reconciliação e presença de advogado.....	213

SEPARAÇÃO JUDICIAL POR MÚTUO CONSENTIMENTO

6.7. Características. Requisito	214
6.8. Procedimento. Cláusulas obrigatórias	215
6.9. Promessa de doação na separação consensual.....	220
6.10. O procedimento administrativo, mediante escritura pública, para a separação e o divórcio consensuais.....	222
6.10.1. Inexistência de nascituro ou de filhos incapazes do casal	223
6.10.2. Consenso do casal sobre todas as questões emergen- tes da separação ou do divórcio	224
6.10.3. Lavratura de escritura pública por tabelião de notas.....	226
6.10.4. Assistência de advogado.....	228
6.10.5. Separação ou divórcio consensuais celebrados por autoridades consulares	228

SEPARAÇÃO JUDICIAL A PEDIDO DE UM DOS CÔNJUGES

6.11. Espécies	229
6.12. Grave infração dos deveres do casamento.....	231
6.12.1. Adulterio.....	233
6.12.2. Abandono voluntário do lar conjugal	236
6.12.3. Sevícia e injúria grave.....	239
6.12.4. Abandono material e moral dos filhos.....	241
6.12.5. Imputação caluniosa	241
6.13. Confissão real e ficta.....	242
6.14. Insuportabilidade da vida em comum.....	244
6.15. Ruptura da vida em comum.....	249
6.16. Separação por motivo de grave doença mental.....	252
6.17. Separação de corpos	256
7. O uso do nome do outro cônjuge.....	262
8. Restabelecimento da sociedade conjugal.....	264

DIVÓRCIO

9. Introdução	266
10. Divórcio-conversão	269
11. Divórcio direto	272
12. Procedimentos do divórcio judicial e da separação de corpos	273
13. O uso do nome do cônjuge após o divórcio	277

PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS

14. Proteção à pessoa dos filhos na separação judicial ou divórcio...	278
14.1. A guarda unilateral	281
14.2. A guarda compartilhada.....	282
15. Proteção aos filhos na separação de fato	288
16. Direito de visita.....	289
17. A síndrome da alienação parental	295

TÍTULO II
DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Introdução	301
2. Relações de parentesco socioafetivas	303
3. A multiparentalidade	305
4. O vínculo de parentesco: linhas e graus	311
5. Espécies de parentesco	314

CAPÍTULO II
DA FILIAÇÃO

1. Introdução	317
2. Presunção legal de paternidade.....	319
2.1. A presunção <i>pater is est</i>	319
2.2. A procriação assistida e o Código Civil de 2002.....	323
3. Ação negatória de paternidade e de maternidade	329
4. Prova da filiação	337

CAPÍTULO III DO RECONHECIMENTO DOS FILHOS

1.	Filiação havida fora do casamento.....	341
2.	Reconhecimento voluntário.....	343
2.1.	Modos de reconhecimento voluntário dos filhos.....	343
2.2.	Oposição ao reconhecimento voluntário	349
3.	Reconhecimento judicial: investigação de paternidade e maternidade.....	352
3.1.	Legitimidade para a ação.....	354
3.2.	Fatos que admitem a investigação de paternidade.....	360
3.3.	Ação de investigação de maternidade.....	367
3.4.	Meios de prova.....	367
4.	Efeitos do reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento	374

CAPÍTULO IV DA ADOÇÃO

1.	Conceito e natureza jurídica	378
2.	Antecedentes históricos	380
3.	A atual disciplina da adoção.....	384
4.	Quem pode adotar.....	388
5.	Quem pode ser adotado	400
6.	Requisitos da adoção	401
7.	Efeitos da adoção.....	405
7.1.	Efeitos de ordem pessoal	405
7.2.	Efeitos de ordem patrimonial.....	408
8.	Adoção internacional.....	410

CAPÍTULO V DO PODER FAMILIAR

1.	Conceito.....	415
2.	Características.....	417
3.	Titularidade do poder familiar	418
4.	Conteúdo do poder familiar.....	420
4.1.	Quanto à pessoa dos filhos	420
4.2.	Quanto aos bens dos filhos.....	429
5.	Extinção e suspensão do poder familiar	432
5.1.	Extinção e perda ou destituição do poder familiar	433
5.2.	Suspensão do poder familiar.....	438

DO DIREITO PATRIMONIAL

TÍTULO I

DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES

1. Disposições gerais	443
2. Regime de bens: princípios básicos.....	444
2.1. Da imutabilidade absoluta à mutabilidade motivada	445
2.2. Variedade de regimes.....	454
2.3. Livre estipulação.....	455
3. Administração e disponibilidade dos bens	456
3.1. Atos que um cônjuge não pode praticar sem autorização do outro.....	462
3.2. Suprimento da autorização conjugal.....	467
4. Pacto antenupcial	470
5. Regime da separação legal ou obrigatória	472
6. Regime da comunhão parcial ou limitada.....	478
6.1. Bens excluídos da comunhão parcial.....	478
6.2. Bens que se comunicam, no regime da comunhão parcial.	485
7. Regime da comunhão universal	488
7.1. Bens excluídos da comunhão universal	489
7.2. Outras disposições	494
8. Regime da participação final nos aquestos	495
9. Regime da separação convencional ou absoluta.....	499

TÍTULO II

DO USUFRUTO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DE FILHOS MENORES

1. Exercício do usufruto e da administração.....	502
2. Autorização judicial para a prática de atos que ultrapassem a simples administração.....	503
3. Colidência de interesses entre os pais e o filho	504
4. Bens excluídos do usufruto e da administração dos pais.....	505

TÍTULO III

DOS ALIMENTOS

1. Conceito e natureza jurídica	506
2. Espécies	508

3.	Obrigação alimentar e direito a alimentos	516
3.1.	Características da obrigação alimentar	518
3.2.	Características do direito a alimentos	529
3.3.	Pressupostos da obrigação alimentar. Objeto e montante das prestações.....	539
3.4.	Pressupostos subjetivos: quem deve prestar alimentos e quem pode reclamá-los.....	548
4.	Alimentos decorrentes da dissolução da sociedade conjugal e da união estável	559
5.	Meios de assegurar o pagamento da pensão	563
5.1.	Ação de alimentos.....	563
5.2.	Ação revisional de alimentos.....	571
5.3.	Meios de execução da prestação não satisfeita.....	575
6.	Alimentos gravídicos	588

TÍTULO IV DO BEM DE FAMÍLIA

1.	Introdução	594
2.	Bem de família voluntário	597
3.	Bem de família obrigatório ou legal	603

DA UNIÃO ESTÁVEL

TÍTULO ÚNICO DA UNIÃO ESTÁVEL E DO CONCUBINATO

1.	Conceito e evolução histórica	618
2.	Regulamentação da união estável antes do Código Civil de 2002	622
3.	A união estável no Código Civil de 2002	624
4.	Requisitos para a configuração da união estável	627
4.1.	Pressupostos de ordem subjetiva	628
4.2.	Pressupostos de ordem objetiva	631
5.	Deveres dos companheiros	641
6.	Direitos dos companheiros	643
6.1.	Alimentos.....	643
6.2.	Meação e regime de bens.....	646
6.3.	Sucessão hereditária.....	652

7. Contrato de convivência entre companheiros	654
8. Conversão da união estável em casamento	658
9. As leis da união estável e o direito intertemporal	660
10. Ações concernentes à união estável	661

DA TUTELA E DA CURATELA

TÍTULO I DA TUTELA

1. Conceito	666
2. Espécies de tutela	668
2.1. Tutela testamentária	669
2.2. Tutela legítima	672
2.3. Tutela dativa	673
3. Regulamentação da tutela	674
3.1. Incapazes de exercer a tutela	674
3.2. Escusa dos tutores	676
3.3. Garantia da tutela	680
3.4. A figura do protutor	683
3.5. Exercício da tutela	685
3.5.1. O exercício da tutela em relação à pessoa do menor	686
3.5.2. O exercício da tutela em relação aos bens do tutelado	687
3.6. Responsabilidade e remuneração do tutor	694
3.7. Bens do tutelado	696
3.8. Prestação de contas	697
4. Cessação da tutela	699

TÍTULO II DA CURATELA

1. Conceito	702
2. Características da curatela	703
3. Espécies de curatela	705
3.1. O Estatuto da Pessoa com Deficiência	707
3.2. Curatela dos impedidos, por causa transitória ou permanente, de exprimir sua vontade	709

3.3. Curatela dos ébrios habituais e viciados em tóxico	710
3.4. Curatela dos pródigos	710
3.5. Curatela do nascituro	713
3.6. Curatela de pessoas capazes. Tomada de decisão apoiada .	714
4. O procedimento de interdição.....	716
4.1. Legitimidade para requerer a interdição	720
4.2. Pessoas habilitadas a exercer a curatela.....	723
4.3. Natureza jurídica da sentença de interdição	728
4.4. Levantamento da interdição.....	730
5. Exercício da curatela.....	731
<i>Bibliografia</i>	733

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

DIREITO DAS SUCESSÕES

7

18ª edição
2024

saraiva  *jur*

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva** Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos de conteúdo e aquisições Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial Livia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
 Dalila Costa de Oliveira **Edição**

Liana Ganiko Brito

Design e Produção Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Giselle Honorio
 Alanne Maria
 Guilherme Salvador
 Lais Soriano Rosana
 Peroni Fazolari Tiago
 Oela Rosa Verônica
 Pivisan

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves
 Carvalho Emily Larissa
 Ferreira da Silva Kelli Priscila
 Pinto

Diagramação Laura Guidali Amaral
Revisão Paula Hercy Cardoso Craveiro

Capa Lais Soriano **Produção gráfica** Mari Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

ISBN 978-85-5360-785-5 OBRA COMPLETA
 DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
 DE ACORDO COM ISBO
 VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-6/9410

G635d Gonçalves, Carlos Roberto

Direito Civil Brasileiro v. 7 - direito das
 sucessões / Carlos Roberto Gonçalves - 18. ed. -
 São Paulo : SaraivaJur, 2024.
 536 p.

ISBN: 978-85-5362-236-8

1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Direito das sucessões.
 I. Título.

2023-2651

CDD 347

CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil 347
 2. Direito civil 347

Data de fechamento da edição: 08-12-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD. OBRA [15681] CL [606490] CAE [844705]

ÍNDICE

INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES

Capítulo Único

ORIGEM E FUNDAMENTO DO DIREITO DAS SUCESSÕES

1. Conceito.....	1
2. Evolução histórica.....	3
3. Fundamento do direito das sucessões.....	6
4. Conteúdo do direito das sucessões.....	10

Título I

DA SUCESSÃO EM GERAL

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Abertura da sucessão.....	13
2. Momento da transmissão da herança. Comoriência.....	15
3. Transmissão da posse: o princípio da <i>saisine</i>	18
4. Espécies de sucessão e de sucessores.....	21
4.1. Sucessão legítima e testamentária.....	21
4.2. Liberdade de testar.....	23
4.3. Sucessão a título universal e a título singular.....	24
4.4. Sucessão contratual.....	24
4.5. Sucessões irregulares.....	25
4.6. Espécies de sucessores.....	26
5. Lugar em que se abre a sucessão.....	26

Capítulo II

DA HERANÇA E DE SUA ADMINISTRAÇÃO

1.	A herança como um todo unitário	29
2.	A indivisibilidade do direito dos coerdeiros	30
3.	Responsabilidade dos herdeiros	31
4.	Cessão de direitos hereditários	33
4.1.	Conceito	33
4.2.	Forma e objeto	35
4.3.	Direito de preferência do coerdeiro	37
5.	Abertura do inventário	38
5.1.	Foro competente	39
5.2.	Nomeação do inventariante	39
5.3.	Natureza jurídica da inventariança	43
5.4.	Remoção do inventariante	43
6.	Administração provisória da herança	44

Capítulo III

DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA

1.	Legitimação para suceder: regra geral e exceção	46
2.	Legitimação para suceder por testamento	48
3.	Os que não podem ser nomeados herdeiros testamentários nem legatários	56
4.	Simulação de contrato oneroso e interposição de pessoa	60

Capítulo IV

DA ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA

1.	Conceito de aceitação de herança	63
2.	Espécies de aceitação	65
2.1.	Quanto à sua forma	65
2.2.	Quanto ao agente	68
3.	Características da aceitação	71
4.	Irretratabilidade da aceitação	73
5.	Anulação da aceitação	74

6. Conceito de renúncia.....	74
7. Espécies de renúncia.....	78
8. Restrições legais ao direito de renunciar	79
9. Efeitos da renúncia.....	82
10. Ineficácia e invalidade da renúncia	83
11. Irretratabilidade da renúncia	84

Capítulo V DOS EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO

1. Conceito e fundamento da indignidade	86
2. Causas de exclusão por indignidade.....	87
3. Falta de legitimação para suceder, indignidade e deserdação.....	93
4. Procedimento para obtenção da exclusão	96
5. Reabilitação ou perdão do indigno	100
6. Efeitos da exclusão	101
7. Validade dos atos praticados pelo herdeiro aparente	103

Capítulo VI DA HERANÇA JACENTE E DA HERANÇA VACANTE

1. Conceito de herança jacente	106
2. Natureza jurídica da herança jacente.....	107
3. Hipóteses de jacência.....	108
4. Conceito de vacância da herança.....	109
5. Efeitos da declaração de vacância.....	110

Capítulo VII DA PETIÇÃO DE HERANÇA

1. Conceito.....	113
2. Natureza jurídica da ação.....	115
3. Partes legítimas.....	117
4. Efeitos da sentença.....	119
5. Herdeiro aparente.....	121
6. Prescrição.....	123

Título II DA SUCESSÃO LEGÍTIMA

Capítulo I DA ORDEM DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA

1.	Introdução.....	126
2.	Da ordem da vocação.....	129
2.1.	Sucessão dos descendentes. Parentalidade socioafetiva.....	132
2.1.1.	Igualdade do direito sucessório dos descendentes.....	136
2.1.2.	Sistema de vocação concorrente do cônjuge com os descendentes do autor da herança. Direito real de habitação.....	138
2.1.3.	Reserva da quarta parte da herança em favor do cônjuge sobrevivente na concorrência com os descendentes....	147
2.1.4.	Concorrência sucessória do companheiro sobrevivente...	150
2.2.	Sucessão dos ascendentes.....	150
2.3.	Sucessão do cônjuge sobrevivente.....	152
2.4.	Sucessão do companheiro sobrevivente.....	159
2.4.1.	A regulamentação da união estável antes do Código Civil de 2002.....	159
2.4.2.	A união estável no Código Civil de 2002.....	160
2.4.2.1.	Igualdade de direitos sucessórios do companheiro e do cônjuge proclamada pelo Supremo Tribunal Federal	166
2.4.2.2.	Concorrência do companheiro com o cônjuge sobrevivente.....	170
2.5.	Sucessão dos colaterais.....	171
2.6.	Recolhimento da herança pelo Município, Distrito Federal e União	173

Capítulo II DOS HERDEIROS NECESSÁRIOS

1.	Introdução.....	175
2.	Restrição à liberdade de testar. Legítima e metade disponível.....	177
3.	Cláusulas restritivas.....	180

3.1. Cláusula de inalienabilidade	183
3.2. Cláusula de incomunicabilidade	184
3.3. Cláusula de impenhorabilidade	184
3.4. Sub-rogação de vínculos	185

Capítulo III DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO

1. Conceito	186
2. Fundamento jurídico	187
3. Requisitos do direito de representação	188
4. Linhas em que se dá o direito de representação	190
5. Efeitos da representação	191

Título III DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

Capítulo I DO TESTAMENTO EM GERAL

1. Introdução	193
2. Antecedentes históricos	194
3. Conceito de testamento	196
4. Características do testamento	197

Capítulo II DA CAPACIDADE DE TESTAR

1. A capacidade testamentária ativa como regra	202
2. Incapacidade em razão da idade	204
3. Incapacidade por falta de discernimento ou enfermidade mental	205
4. Incapacidade testamentária dos relativamente incapazes	209
5. Hipóteses não geradoras de incapacidade	211
6. Momento em que se exige a capacidade	213
7. Impugnação da validade do testamento. Captação da vontade	214

Capítulo III

DAS FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO

1.	Introdução.....	218
2.	Invalidade do testamento conjuntivo	220
3.	Perda ou destruição e reconstituição do testamento.....	221
4.	Testamento público.....	222
4.1.	Requisitos e formalidades	223
4.1.1.	Lavratura pelo tabelião ou seu substituto legal em seu livro de notas.....	223
4.1.2.	Leitura em voz alta na presença de duas testemunhas	227
4.1.3.	Necessidade da presença das testemunhas durante todo o tempo.....	229
4.1.4.	Data e assinatura.....	232
4.1.5.	Menção da observância das formalidades legais.....	234
4.2.	Registro e cumprimento do testamento público	235
5.	Testamento cerrado	236
5.1.	Requisitos e formalidades	237
5.1.1.	Cédula testamentária.....	238
5.1.2.	Ato de entrega do testamento cerrado.....	240
5.1.3.	Auto de aprovação	241
5.1.4.	Cerramento	242
5.2.	Abertura, registro e cumprimento do testamento cerrado.....	243
6.	Testamento particular.....	245
6.1.	Requisitos e formalidades	247
6.2.	Publicação e confirmação do testamento particular	252
6.3.	Confecção do testamento particular em circunstâncias excepcionais.....	253
7.	Testemunhas instrumentárias.....	255

Capítulo IV

DOS CODICILOS

1.	Conceito.....	258
2.	Objeto do codicilo	259
3.	Redução do valor ou dos bens pelo juiz.....	261
4.	Requisitos do codicilo	263

5. Espécies de codicilo.....	264
6. Revogação do codicilo.....	265
7. Execução do codicilo.....	267

Capítulo V DOS TESTAMENTOS ESPECIAIS

1. Introdução.....	268
2. Testamento marítimo.....	270
2.1. Conceito.....	270
2.2. Requisitos do testamento marítimo.....	271
2.3. Formas de testamento marítimo.....	271
2.4. Caducidade do testamento marítimo e do aeronáutico.....	273
3. Testamento aeronáutico.....	274
3.1. Conceito.....	274
3.2. Formas e requisitos do testamento aeronáutico.....	274
4. Testamento militar.....	275
4.1. Conceito.....	275
4.2. Requisitos do testamento militar.....	276
4.3. Formas de testamento militar.....	277
4.4. Caducidade do testamento militar.....	279
4.5. Disposições processuais.....	280
5. Testamento vital.....	280

Capítulo VI DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS EM GERAL

1. Introdução.....	285
2. Interpretação dos testamentos.....	286
2.1. Regras práticas estabelecidas pela doutrina e pela jurisprudência.....	288
2.2. Normas interpretativas do Código Civil.....	290
3. Regras proibitivas.....	294
3.1. Nomeação de herdeiro a termo.....	294
3.2. Instituição de herdeiro sob condição captatória.....	295
3.3. Referência a pessoa incerta.....	297
3.4. Favorecimento de pessoa incerta, a ser identificada por terceiro.....	298

3.5.	Delegação ao herdeiro, ou a outrem, da prerrogativa de fixar o valor do legado.....	299
3.6.	Favorecimento de pessoas a que se referem os arts. 1.801 e 1.802.....	299
4.	Regras permissivas	300
4.1.	Nomeação pura e simples.....	301
4.2.	Nomeação sob condição.....	301
4.3.	Nomeação com imposição de encargo.....	306
4.4.	Disposição motivada.....	311
4.5.	Nomeação a termo, nas disposições fideicomissárias.....	312
4.6.	Disposição com cláusula de inalienabilidade	313

Capítulo VII DOS LEGADOS

DISPOSIÇÕES GERAIS

1.	Introdução.....	321
2.	Classificação	324
2.1.	Legado de coisas.....	324
2.1.1.	Legado de coisa alheia	324
2.1.2.	Legado de coisa comum	327
2.1.3.	Legado de coisa singularizada	327
2.1.4.	Legado de coisa localizada	328
2.2.	Legado de crédito ou de quitação de dívida	329
2.3.	Legado de alimentos.....	330
2.4.	Legado de usufruto.....	331
2.5.	Legado de imóvel.....	332

DOS EFEITOS DO LEGADO E DO SEU PAGAMENTO

1.	Aquisição dos legados.....	333
2.	Efeitos dos legados quanto às suas modalidades.....	335
2.1.	Frutos da coisa legada. Legado de dinheiro.....	335
2.2.	Legado de renda ou pensão periódica	336
2.3.	Legado de coisa incerta.....	337
2.4.	Legado alternativo	338
3.	Responsabilidade pelo pagamento do legado.....	339

DA CADUCIDADE DOS LEGADOS

1.	Introdução.....	340
2.	Causas objetivas.....	341
2.1.	Modificação substancial da coisa legada	341
2.2.	Alienação da coisa legada	342
2.3.	Perecimento ou evicção da coisa legada.....	344
3.	Causas subjetivas.....	345
3.1.	Indignidade do legatário.....	346
3.2.	Premorte do legatário.....	346
3.3.	Renúncia do legatário.....	347
3.4.	Falecimento do legatário antes do implemento da condição suspensiva.....	347
3.5.	Falta de legitimação do legatário.....	347

Capítulo VIII

DO DIREITO DE ACRESCEER ENTRE HERDEIROS E LEGATÁRIOS

1.	Conceito.....	348
2.	Princípios fundamentais	350
3.	Requisitos do direito de acrescer.....	350
4.	Espécies de disposições conjuntas.....	351
5.	Direito de acrescer entre coerdeiros	351
6.	Direito de acrescer entre colegatários	353
7.	Direito de acrescer no legado de usufruto.....	355

Capítulo IX

DAS SUBSTITUIÇÕES

1.	Conceito.....	356
2.	Espécies de substituição.....	357
3.	Substituição vulgar	358
4.	Substituição fideicomissária.....	360
5.	Substituição compendiosa.....	364
6.	Direitos e deveres do fiduciário	365
7.	Direitos e deveres do fideicomissário.....	368
8.	Caducidade do fideicomisso.....	370

9. Nulidade do fideicomisso.....	372
10. Fideicomisso por ato <i>inter vivos</i>	374
11. Fideicomisso e usufruto.....	374

Capítulo X DA DESERDAÇÃO

1. Conceito.....	377
2. Distinção entre deserdação e indignidade.....	379
3. Requisitos de eficácia da deserdação.....	380
4. Causas de deserdação	382
5. Efeitos da deserdação.....	388

Capítulo XI DA REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS

1. Conceito.....	390
2. Origem do instituto	391
3. Redução nas doações inoficiosas	392
4. Ordem das reduções	395
5. Redução em legado de bem imóvel.....	397
6. Ação de redução.....	398

Capítulo XII DA REVOGAÇÃO DO TESTAMENTO

1. Conceito.....	400
2. Formas de revogação do testamento	401
3. Revogação por testamento ineficaz	405
4. Revogação do testamento revogatório.....	406

Capítulo XIII DO ROMPIMENTO DO TESTAMENTO

1. Conceito.....	408
2. Superveniência de descendente sucessível.....	409
3. Surgimento de herdeiros necessários ignorados, depois do testamento.....	412
4. Subsistência do testamento se conhecida a existência de herdeiros necessários	413

Capítulo XIV DO TESTAMENTEIRO

1.	Conceito.....	415
2.	Natureza jurídica.....	416
3.	Espécies de testamenteiro.....	418
4.	Nomeação do testamenteiro.....	420
5.	Aceitação do encargo pelo testamenteiro.....	421
6.	Atribuições do testamenteiro.....	422
7.	Responsabilidade do testamenteiro.....	424
8.	Remuneração do testamenteiro.....	425
9.	Cessação da testamentaria.....	426

Título IV DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA

Capítulo I DO INVENTÁRIO

1.	Introdução.....	428
2.	Conceito de inventário.....	429
3.	Bens que não se inventariam.....	431
4.	Abertura do inventário judicial.....	435
5.	Espécies de inventário.....	437
6.	Inventário negativo.....	437
7.	Inventariança.....	438
	7.1. Nomeação do inventariante.....	438
	7.2. Atribuições do inventariante.....	441
	7.3. Remoção e destituição do inventariante.....	442
8.	Processamento do inventário.....	444
	8.1. Foro competente.....	444
	8.2. Pedido de abertura.....	446
	8.3. Prestação das primeiras declarações.....	446
	8.4. Citação dos interessados.....	449
	8.5. Fase das impugnações. Questões de alta indagação.....	450
	8.6. Avaliação dos bens inventariados.....	451
	8.7. �ltimas declarações do inventariante.....	453
	8.8. Liquidação dos impostos.....	453

9. Fase da partilha	455
10. Arrolamento sumário.....	455
10.1. Conceitos e requisitos.....	455
10.2. Fases processuais.....	457
10.3. Eliminação de termos e dispensa de avaliação	458
11. Arrolamento comum	459
11.1. Conceito e requisitos.....	459
11.2. Plano de partilha	459
12. Inventário administrativo.....	460
12.1. Introdução.....	460
12.2. Caráter facultativo do procedimento administrativo.....	461
12.3. Dispensa de homologação judicial da partilha.....	461
12.4. Partes interessadas	462
12.5. Lavratura de escritura pública por tabelião de notas.....	463
12.6. Assistência de advogado.....	464
12.7. Sobrepartilha pela via administrativa.....	465
12.8. Inventário negativo	465
12.9. Alvará para levantamento ou recebimento de valores	466

Capítulo II DOS SONEGADOS

1. Introdução.....	467
2. Conceito	468
3. Quem está sujeito à pena de sonegados.....	468
4. Pressuposto subjetivo	469
5. Pena cominada.....	470
6. Momento em que se caracteriza a sonegação	472
7. Ação de sonegados.....	472

Capítulo III DO PAGAMENTO DAS DÍVIDAS

1. Introdução.....	474
2. Responsabilidade do espólio e dos herdeiros.....	475
3. Habilitação dos créditos. Reserva e separação de bens.....	476
4. Despesas funerárias.....	479
5. Herdeiro devedor do espólio	479

Capítulo IV DA COLAÇÃO

1.	Conceito	481
2.	Fundamento da colação	482
3.	Pessoas sujeitas à colação	483
4.	Dispensa da colação	486
5.	Modos de efetuar a conferência.....	491
6.	Doação feita por ambos os cônjuges	493

Capítulo V DA PARTILHA

1.	Conceito	495
2.	Espécies de partilha.....	498
3.	Partilha em vida	500
4.	Regras sobre a partilha	502
5.	Sobrepilha.....	503

Capítulo VI DA GARANTIA DOS QUINHÕES HEREDITÁRIOS

1.	Efeito declaratório da partilha	506
2.	Responsabilidade pela evicção	507

Capítulo VII DA ANULAÇÃO DA PARTILHA

1.	Anulabilidade da partilha.....	510
2.	Rescindibilidade da partilha.....	511
3.	Nulidade da partilha	513
4.	Correção de erro de fato e de inexatidões materiais.....	514
Bibliografia		515